



# PORTARIA Nº 7.280, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018.

Nomeia Pregoeira e Comissão de Apoio à Licitação para execução de Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE

Art. 1º Nomear a servidora Roselia Kriger Becker Pagani para exercer a função de PREGOEIRA do Município de Capanema, a fim de contratar bens e/ou serviços na Modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico, para o período de 01/01/2019 a 31/12/2019.

Art. 2º Nomear *Maicon Douglas de Castro Coito*, *Caroline Pilati*, *Jeandra Wilmsen*, para exercer a função de *Apoio à Licitação* do Município de Capanema, a fim de auxiliar nas licitações para contratação de bens e/ou serviços na Modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data de 01/01/2019, ficando nessa data revogada a Portaria nº 6.906/2018 e 7.194/2018.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de dezembro de 2018.

Américo Bellé

Prefeito Municipal

Capanema - PR, 01 de agosto de 2019

Assunto: Pregão Presencial

Valdeci Alves dos Santos DE:

PARA: Americo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O valor máximo para o item foi definido através do menor preço obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Termo de Referência.

custo total máximo estimado aquisição para esta de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais).

Respeitosamente,

Valdeci Alves dos Santos Secretário Municipal de Administração



#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. ORGÃO INTERESSADO

1.1. Secretaria Municipal de Administração

#### 2.OBJETO:

**2.1.** AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., objeto, **para aquisição parcelada**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade deste Secretaria, observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

#### 3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Valdeci Alves dos Santos

### 4. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO

- **4.1.** Justifica-se o presente certame, para AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS.
- 4.2.Os valores máximos de cada item foram definidos através dos menores preços obtidos entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo a este Termo de Referência.

## 5.DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

Lote: 1	- Lote 001					
	Código do produto/s erviço		Quantida de	TAX TO SEE THE PARTY OF THE PAR	Preço máximo	Preço máximo total
1		LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	4.000,00	M2	12,50	50.000,00

Valor total estimado: R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

#### 6. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO

- 6.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar a grama solicitada em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.
- 6.1.1. As leivas devem ser uniformes livres de doenças e pragas. Macia e resistente ao pisoteamento, com folhas estreitas e médias, de cor verde esmeralda e estolões penetrantes, que enraízem facilmente.
  - **6.2.** O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
    - a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
    - b) Descrição da grama a ser adquirida;
    - c)Local onde será entregue a grama;
    - d)Prazo para entrega da grama;
    - e) Quantidade e medidas da grama, quando for o caso;
    - f)Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;



- g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 6.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 6.3.1. Em razão da organização interna da Secretaria, a requisição de entrega da grama poderá ser expedida diretamente pela Secretaria Municipal e encaminhada para a empresa vencedora.
- 6.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento da grama caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 6.2.
- 6.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 6.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos por improbidade administrativa.
- 6.6. O fornecimento da grama pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a máfé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 6.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.
- 6.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.
- 7. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.

8. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços será acompanhada, controlada, fiscalizada, gerenciada e avaliada por Jolcimara Salete Gava.

Capanema, 01 de agosto de

Valdeci Alves dos Santos

Secretário Municipal de Administração

## **ORÇAMENTO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN.	QTDE.	MENOR PREÇO DOS ORÇAMENTOS	TOTAL
1	44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	M²	4000	12,50	50.000,00

TOTAL

50.000,00

DATA 29/07/2019

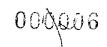
CIENTE 29-7- Rojg

Luiz Alberto Letti Dec. 6.256/2017 Sec. Municipal de Finanças ODAIR GRABOSKI - ME

Rua Oiapós, 725, Bairro: São José Operário. CNPJ: 17.179.825/0001-18

Capanema – PR

Telefone: (46) 99921-4461



## **ORÇAMENTO**

ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL

VALIDADE: 12 MESES.

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	$M^2$	4000	R\$ 15,10	R\$ 60.400,00
TOTAL			R\$ 60.400,00	

DATA 12 /07 / 2019

17.179.825/0001-18

REPRESENTANTE LEGAL

ODAIR GRABOŠKI

Rua Olapós, 725 Bairro São José Operário § 85760-000 - CAPANEMA - PR

De:

odair graboski <odagraboski@hotmail.com>

Enviado em:

sexta-feira, 12 de julho de 2019 16:22

Para:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

RE: ORÇAMENTO DE GRAMA

Anexos:

orçamento-GRAMA.jpeg

Boa tarde,

Segue em anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente,

Rosangela M. Graboski Odair Graboski - ME CNPJ: 17.179.825/0001-18

De: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 12 de julho de 2019 18:17

Para: odagraboski@hotmail.com Assunto: ORÇAMENTO DE GRAMA

Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!



~ *************************************	ORÇAMENTO			
RAZÃO SOCIAL: ANTONIO JAIRO				
CNPJ: 20.591.125/0001-40 E	E-MAIL:			
ENDEREÇO: RUA PRINCIPAL=	CAMBIII			
COMPLEMENTO:		-CAMBUI -		
TELEFONE: 999194459	CONTATO:		ANTONIO	
CIDADE: CAPANEMA		UF: PR		
CAPANEMA				

ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA

SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA

**NOTA FISCAL.** 

**VALIDADE: 12 MESES.** 

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	M²	4000	12,50	50.000,00
TOTAL		,	R\$	

	DATA_	16	07	2019
--	-------	----	----	------

O ORÇAMENTO DEVE SER DEVOLVIDO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA O MAIS BREVE POSSÍVEL COM CABEÇALHO DEVIDAMENTE PREEENCHIDO, CARIMBADO E ASSINADO EM TODAS AS FOLHAS.

20.591.125/0001.40

ANTONIO JAIRO CABREIRA

RUA LINHA CAMBUI=

CAP ANEMA =PR

20.591.125/0001-40

ANTONIO JAIRO CABREIRA - ME -

> RUA LINHA CAMBUÍ, S/N ZONA RURAL

85780-000 - CAPANEMA - PR

000009

De:

ALVES GRAMAS <alvesgramas@hotmail.com>

**Enviado em:** 

sexta-feira, 26 de julho de 2019 15:48

Para:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

**Assunto:** 

RE: ORÇAMENTO DE GRAMA

Boa tarde,

Recebemos, mas não participamos de licitação.

Obrigado

De: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 26 de julho de 2019 14:05

Para: alvesgramas@hotmail.com <alvesgramas@hotmail.com>

Assunto: ORÇAMENTO DE GRAMA

oa tarde!

--olicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo!

Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado!

Por gentileza confirme o recebimento!



ORÇAMENTO
RAZÃO SOCIAL: KETWE BEATHIZ HRYUUM GONEZLUES
CNPJ: 33 397 77 JOODS - MAIL: RETINGEEDER HRYLIUK
ENDEREÇO: RUA RIO DC JAUGIRO 931
COMPLEMENTO: CASA BAIRRO: SANTA CRUZ
TELEFONE: 46 999 845114 CONTATO:
CIDADE: CAPANEM 3 UF: (R

-----

ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA

SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA

**NOTA FISCAL.** 

VALIDADE: 12 MESES.

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	M²	4000	14.00	56,000
TOTAL			R\$56.0	00,00

# DATA 18/07/2019

O ORÇAMENTO DEVE SER DEVOLVIDO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA O MAIS
BREVE POSSÍVEL COM CABEÇALHO DEVIDAMENTE PREEENCHIDO, CARIMBADO E ASSINADO EM
TODAS AS FOLHAS.

Rejana B. Horgand

De:

apoiolicita cao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

sexta-feira, 26 de julho de 2019 14:05

Para:

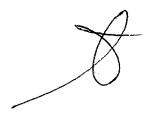
'laercionunes29@live.com' ORÇAMENTO DE GRAMA

Assunto: Anexos:

ORÇAMENTO GRAMA 2019.doc

Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!



0000012

De:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

sexta-feira, 26 de julho de 2019 14:06

Para:

'azulprestadora@gmail.com'

Assunto:

ORÇAMENTO DE GRAMA

Anexos:

ORÇAMENTO GRAMA 2019.doc

Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!



000013

De:

apoio licita cao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

sexta-feira, 26 de julho de 2019 14:06

Para:

'vendas@gramafertil.com.br'

Assunto:

ORÇAMENTO DE GRAMA

Anexos:

ORÇAMENTO GRAMA 2019.doc

## Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!





De:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

terça-feira, 23 de julho de 2019 14:18

Para:

'floriculturacascavel@hotmail.com'

Assunto:

ORÇAMENTO DE GRAMA

Anexos:

ORÇAMENTO GRAMA 2019.doc

#### Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!



000/015

De:

apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

**Enviado em:** 

terça-feira, 23 de julho de 2019 14:19

Para: Assunto: 'lisboaefilhos@gmail.com' ORÇAMENTO DE GRAMA

Anexos:

ORÇAMENTO GRAMA 2019.doc

Boa tarde!

Solicito orçamento de grama, conforme descrição em anexo! Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado! Por gentileza confirme o recebimento!



1. /	ORÇAMENTO
RAZÃO SOCIAL: Lessa Jugo C	emércia l'aspresentação
CNPJ: 17.542.362/0001-DE-MAIL:	postivas es o gmail fon
ENDEREÇO: 10. Pubons Coon	Carlani V
COMPLEMÉNTO:	BAIRRO: Onto
TELEFONE: 146/35/13 28/5	CONTATO: 96000
CIDADE: Palago.	UF: 2 B.

ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP).

PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	M²	4000	13,90.	55600	$\infty$
TOTAL				ගු ක	

DATA 29	107	10019.	
---------	-----	--------	--

O ORÇAMENTO DEVE SER DEVOLVIDO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA O MAIS

BREVE POSSÍVEL COM CABEÇALHO DEVIDAMENTE PREEENCHIDO, CARIMBADO E ASSINADO EM

TODAS AS FOLHAS.

TERRA VIVA COM E TERRA

# 0090/17

## apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br

De:

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp <joaoterraviva@gmail.com>

Enviado em:

segunda-feira, 29 de julho de 2019 16:51

Para:

Grameira Cherilotto; apoio licitacao

Assunto:

Re: ORÇAMENTO DE GRAMA ESMERALDA

Anexos:

Scan\_0010,pdf

Boa Tarde,

Segue anexo orçamento.

## Por gentileza acusar o Recebimento.

Atenciosamente.

Terra Viva Comercio e Representações Eireli - EPP

~NPJ: 17.542.364/0001-04

Av. Rubens Cesar Caselani, 1987

Telefone: (046) 3543-2815

Realeza/PR

Em seg, 29 de jul de 2019 às 15:12, Grameira Cherilotto < grameiracherilotto@gmail.com > escreveu:

----- Forwarded message -----

De: <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

Date: seg, 29 de jul de 2019 às 09:01

Subject: ORÇAMENTO DE GRAMA ESMERALDA

To: <grameiracherilotto@gmail.com>

Bom dia!

Solicito orçamento de grama esmeralda, conforme descrição em anexo!

Peço que nos devolva o mesmo o mais breve possível carimbado e assinado!

Por gentileza confirme o recebimento!

X

**MAICON** 

SETOR DE LICITAÇÕES - (46) 3552-1321

MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR

Livre de vírus. www.avast.com.



RAZÃO SOCIAL: Adolog Ológ	ORÇAMENTO Implementos
CNPJ: 32 396643/000195 EMAIL:	
ENDEREÇO: 10 Dubens Cons.	asilani p= 1987.
COMPLEMENTO:	BAIRRO: Contre
TELEFONE: 146) 3545 2915	CONTATO DALICA
CIDADE: Males	UF: D

ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP). PRAZO DE ENTREGA E/OU INSTALAÇÃO: EM ATÉ DOIS DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL. PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA/INSTALAÇÃO, EMISSÃO E ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALOR VALOR QTDE UN **DESCRIÇÃO** TOTAL UNITÁRIO 44500- LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM  $M^2$ 4000

13,00 INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO. TOTAL

DATA Q9 107/2019

O ORÇAMENTO DEVE SER DEVOLVIDO AO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA O MAIS

BREVE POSSÍVEL COM CABECALHO DEVIDAMENTE PREEENCHIDO, CARIMBADO E ASSINADO EM

TODAS AS FOLHAS.

VALIDADE: 12 MESES.



Capanema - PR, 01 de agosto de 2019

Assunto: Pregão Presencial

DE: Prefeito Municipal

#### PARA:

- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação.

Aprovo o Termo de Referência e Preliminarmente à autorizo a tramitação do processo cujo objeto é AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
- 2 À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
- 4 Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Américo Bellé Prefeito Municipal



Capanema - PR, 01 de agosto de 2019

Assunto: Pregão Presencial

DE: Departamento de Contabilidade

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

Em atenção ao oficio datado de 01/08/2019, objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária abaixo descrita;

Dotações							
CARLES OF THE STATE OF THE	Conta da despe <b>s</b> a	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte		
2019	310	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	650	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	660	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	940	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1130	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1200	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1320	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1560	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1810	09.001.10.301.1001.2081	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	2870	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3040	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3590	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3670	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3750	11.003.08.243.0802.6372	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3970	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	4090	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	4170	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		

Respeitosamente,

Cleomar Walter

Téc Cont. CRC: PR-046483/O-2 CPF: 723.903.959-53

## Tramitação do Processo



Processo: 1805/2019

Data: 12/07/2019 11:03

Situação: Encaminhado Documento: 021.768.679-63

Requerente: RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMANSKI Contato: RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMANSKI

Contato: RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMANSKI

Assunto: **SOLICITAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÃO - Versão: 3**Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE GRAMAS

Ocorrência: 4

Data: 05/08/2019 17:04:00

Prévisão: 26/08/2019

De: ROMANTI EZER BARBOSA

Para: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Etapa: LICITAÇÃO

Confirmação: não

Descrição: Realizada a análise do edital e minuta contratual. Encaminho o PA ao Setor de Licitações para impressão, montagem e coleta de assinatura. Ao final, solicito seu retorno a Procuradoria para emissão de Parecer Jurídico Prévio a publicação do edital.

Att.

Romanti Barbosa Procurador Municipal

Ocorrência: 3

Data: 01/08/2019 15:14:00

Previsão: 14/08/2019

De: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Para: ROMANTI EZER BARBOSA

Etapa: PROCURADORIA

Confirmação: não

Descrição: ENCAMINHO ESSE PA PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO DO EDITAL

Ocorrência: 2

Data: 12/07/2019 11:04:00

Previsão: 02/08/2019

De: ADAO FELICIO PONCIO

Para: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Etapa: LICITAÇÃO

Confirmação: não

Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE GRAMAS

Ocorrência: 1

Data: 12/07/2019 11:03:59

Previsão: 02/08/2019

De: ADAO FELICIO PONCIO

Para: EDINA LUCIANE ESCHER SOTT

Etapa: ETAPA INICIAL

Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo.



## MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA EMPRESA ME -EPP

#### 1.PREÂMBULO:

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante a pregoeira, designado pela Portaria nº 7.280, de 07 de dezembro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, processada pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, para aquisição parcelada dos objetos descritos no item 2 deste edital, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital. O Procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Municipal nº. 4.118/07, do Decreto Federal nº. 7.892/13, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93, além das disposições da LC 123/2006 e LC 147/2014.
- 1.2. A licitação será subdivida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O **critério de julgamento** adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. O Edital poderá ser retirado ou consultado por qualquer interessado, no site: www.capanema.pr.gov.br- Editais de licitação e Licitações na íntegra ou na sede da Prefeitura sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Setor de Licitações, durante o horário de expediente das 7:45 h as 11:30h e das 13:15h as 17:30 horas até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" E " DOCUMETAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
  - 1.5. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL
- 1.5.1.0 **PREGÃO** será realizado **dia 02/09/2019 com início às 8:30Horas**, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza n° 1.080, centro, na cidade de Capanema PR, CEP: 85.760-000.
  - 1.6. Integram o presente EDITAL, independentemente de transcrição:

Termo de referência;

Anexo I - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo II - Modelo de procuração para credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração Unificada;

Anexo IV - Modelo de declaração de micro empresa e empresa de pequeno porte;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI- Proposta de preços;

**Anexo VII-** Orientação para geração/redação da proposta de preços em programa específico do Município.

- 1.7. Muito embora os documentos estejam agrupados em anexos separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do PREGÃO e a formalização CONTRATUAL, que poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos que se dispõe o art. 62, da Lei Federal 8666/93, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.
- 1.8. Para maior transparência nos atos administrativos, a Sessão Pública poderá ser gravada pela Administração Municipal, através de equipamento áudio visual próprio.



#### 2.OBJETO:

- 2.1. O objeto deste Pregão é a AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., conforme especificações constantes no termo de referência.
- 2.2. A quantidade constante no termo de referência são previsões realizadas a partir das aquisições que esta Municipalidade pretende realizar na validade na Ata de Registro de Preços, porém, não se obrigando a Administração a aquisição total.
- 2.3. Edital e seus anexos poderão ser obtidos através da internet pelo endereço www.capanema.pr.gov.br, link LICITAÇÕES, EDITAIS DE LICITAÇÃO E LICITAÇÕES NA INTEGRA.
- 2.4. As informações administrativas ou técnicas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone: (46)35521321.

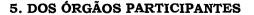
## 3. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser firmada entre o Município de Capanema, através da Secretaria de Administração e o(s) vencedor(es) do certame, **terá validade de 12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.

#### 4. DA DESPESA

4.1. A despesa com a aquisição dos materiais é estimada em R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais), conforme o orçamento estimativo disposto no Termo de Referência.

Dotações								
Exercíci	Conta =	Funcional-programática	Fonte de	Natureza da	Grupo da fonte			
o da	da 🗇		recurso	despesa				
despesa	despesa							
2019	310	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	650	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	660	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	940	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	1130	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	1200	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	1320	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	1560	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	1810	09.001.10.301.1001.2081	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	2870	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	3040	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	3590	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	3670	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	3750	11.003.08.243.0802.6372	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	3970	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	4090	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			
2019	4170	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício			



5.1.0 órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

5.1.1. Os demais órgãos participantes serão:



- a) Secretaria Municipal de Viação, Obras e Materiais Urbanos;
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;
- e) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- f) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- g) Secretaria Municipal de Planejamento.
- 5.2. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.
- 5.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 5.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 5.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. A presente licitação destina-se EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESA ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3°, da Lei Complementar n° 123/2006 (Lei Complementar n° 147/2014.
- 6.2. Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica enquadrada nos elementar no 123/2006 e Lei Complementar no 147/2014 e que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos.
- 6.3. Poderão participar desta licitação todos os interessados, do ramo pertinente ao objeto, que preencham as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
  - 6.4 .Será vedada a participação de empresas:
    - a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;



- c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
  - d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) Enquadradas nas disposições no artigo 9° da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda, Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
- 6.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 6.6. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas, empresas de pequeno porte, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do "caput" do artigo 3º da referida Lei Complementar, terão tratamento diferenciado e favorecido.
- 6.7. A empresa que for participar da Sessão de Licitação deverá preencher obrigatoriamente o breve cadastro que está no site do município conforme abaixo acessando o site: <a href="http://www.capanema.pr.gov.br/">http://www.capanema.pr.gov.br/</a> em seguida entre no Link licitações, depois Editais de Licitação e Licitação na integra, escolha Pregão Presencial e qual você quer participar, Entre no link: <a href="http://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/cadastro">http://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/cadastro</a> , (esse Cadastro é obrigatório, a empresa que não o fizer não poderá participar do Processo Licitatório). Esses dados serão encaminhados automaticamente para o e-mail: <a href="licitacao@capanema.pr.gov.br">licitacao@capanema.pr.gov.br</a> e licitacao.capanema@gmail.com, você receberá a seguinte mensagem "Cadastro enviado com sucesso. Em breve entraremos em contato."

#### 7.DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

- 7.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, conforme item 7.5 deste edital.
- 7.1.1.Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do protocolo.
- 7.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 7.2.Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.
  - 7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 7.4. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 7.5.Qualquer impugnação ao presente edital deverá ser protocolizada junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar o item 7.1 deste edital.
- 8. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- **8.1.** O enquadramento como microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
- **8.1.1.** A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3°, § 4°, VI da Lei Complementar nº 123/ com alterações da Lei Complementar nº 155/2016, receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- **8.1.2.** A pessoa física ou o empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art.  $3^{\circ}$  da Lei Complementar  $n^{\circ}$  123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar  $n^{\circ}$  123/06, às ME/EPP.
- **8.2.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 independe da habilitação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- **8.3.** Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).
  - **8.4.** A declaração acima exigida deverá ser entregue juntamente com a documentação de habilitação.

#### 9. DO CREDENCIAMENTO

- **9.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.
- **9.2.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.
- 9.3. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- 9.4. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 9.5. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida/ deve ostentar os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a licitações, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
- 9.5.1. Em atendimento a Lei Federal nº 13.726/2019, o reconhecimento de assinatura no instrumento de procuração particular, poderá ser realizado perante a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que apresentado, via original ou cópia autenticada em cartório, de Documento Oficial com foto e assinatura do subscrevente (Ex. Cédula de RG, CNH, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Passaporte e Cédula de identidade Profissional), somente sendo admitido o reconhecimento da assinatura na forma grafada no documento apresentado.
  - 9.6. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
  - 9.7. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

#### 10. DA ABERTURA DA SESSÃO

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

- a) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);
- b) Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- b)1. A declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), deverá estar acompanhada da Certidão simplificada de registro do comercio Junta Comercial do Estado sede da licitante, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;
- 10.2. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- 10.3. Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 87/2019

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ N° XXXX

ENVELOPE N° 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 87/2019

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ N° XXXX

- 10.4. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.
- 10.4.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

PREGÃO SRP Nº 87/2019

SESSÃO EM - 02/09/2019 AS 8:30Horas

- 10.5. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (junto ao Departamento de Tributação no Paço Municipal) até a hora marcada no Preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública, quando não encaminhados via correio.
- 10.5.1. A sessão pública não será iniciada enquanto houver empresas na fila do protocolo dos envelopes.
- 10.5.2. Após o início da sessão, não poderão participar certame as empresas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o item 10.5.



- 10.5.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do Pregoeiro, declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.
- **10.6.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
- **10.7** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante à sanções previstas neste Edital.

#### 11. DA PROPOSTA DE PRECO

- 11.1. A proposta de preços, emitida por computador, SOMENTE conforme modelo padrão do sistema (Anexo VI), redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:
- **11.1.1.** As características do objeto de forma clara e precisa, descrevendo o material ofertado, indicando a **marca**, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- 11.1.2. Preço unitário e total, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
- 11.1.3. O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Termo de referência, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- 11.2. Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 11.3. As propostas terão validade de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do dia da licitação.
- **11.3.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 11.4. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 11.5. Ao assinar a Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas.
- 11.6. A proposta de preços padrão do sistema, depois de preenchida, também deverá ser salva em Pen-Drive ou CD-ROM e entregue ao Pregoeiro no momento do Credenciamento ou dentro do Envelope n° 01 (PROPOSTA DE PREÇOS), para fins de lançamento no Sistema de julgamento.
  - 11.7. A licitante que não atender ao item 11.6, será desclassificada.

#### 12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
  - 12.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
- **12.3.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
- **12.4.** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

## 13. DA FORMUÇAÇÃO DOS LANCES E DAS REGRAS DE DESEMPATE





- 13.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
  - O lance deverá ser ofertado POR ITEM.
- 13.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 13.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 13.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente à penalidade de multa de 2% sobre o valor máximo do objeto previsto no termo de referência.
- **13.5.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- **13.6.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
- 13.7. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.
- 13.8. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 13.9. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
- 13.10. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 13.11. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar
- 13.12. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3°, §2°, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e materiais:

Produzidos no País;

Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - 13.13. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
- 13.14. Durante a sessão pública é permitido a um licitante fazer lance igual ao de um concorrente com intuito de empatar o certame, porém somente será possível o lance nestes termos caso um lance menor seja considerado inexequível.
  - 13.14.1. Não serão permitidos lances idênticos nos casos não previstos no subitem anterior.





- 13.14.2. O desempate nos casos previstos no subitem 13.12 se dará nos termos do item 13 deste edital.
- 13.14.3. Caso haja empate nos termos do item 13.13 entre empresas enquadradas como ME/EPP e não enquadradas, o desempate será por meio de sorteio.
- 13.15. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
  - 13.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 14.DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **14.1.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- **14.2.** O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação.
- **14.4.** No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- **14.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser avaliados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 14.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- **14.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a sua continuidade.
- **14.8.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
  - 14.9. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 14.10. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuinto-lines validade e eficácia para fins de classificação.
- **14.11.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

## 15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a)Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx);
  - b) CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);
  - c) SICAF;
- **d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<u>www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</u>);

- **e)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<a href="www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php">www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php</a>).
- 15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **15.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
  - 15.4. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

## 15.4.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na c) Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) Para qualquer tipo de empresa deve-se apresentar: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte; e, Certidão simplificada de registro do comercio Junta Comercial, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes, salvo o previsto na alínea "c" deste subitem.

### 15.4.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias; no caso da empresa apresentar com data superior a 60 (sessenta dias o O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar o site: <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva solicitacao.asp">http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva solicitacao.asp</a> para averiguar se houve alterações. (se não houver alterações a empresa não será desclassificada);
- b) Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários (INSS Instituto Nacional da Seguridade Social);
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Material (FGTS) demonstrando a situação regular, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- **d.1)** A aceitação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União está condicionada à verificação da correspondente autenticidade nos seguintes endereços eletrônicos: <a href="https://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> e www.pgfn.fazenda.gov.br.
- **e)** Prova de regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, (Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela prefeitura da sede do licitante);

## 15.4.3. RELATIVA À REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu



domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa) dias** contados da data da sua apresentação;

#### 15.4.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

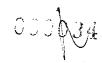
a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei 12.440/11(validade 180 dias contados da data de sua emissão).

## 15.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (DECLARAÇÕES/OUTROS):

- a) Anexo III Modelo de Declaração Unificada
- 15.6. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, <u>ou</u> cópia simples que **poderá** ser autenticada pelos membros da Comissão ou Funcionário do Setor de Licitações, no decorrer da sessão **desde que o original esteja na posse do representante credenciado**, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.
- **15.7.** As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 15.8. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC nº 123/06 e nº 147/14).
- 15.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1°, da LC n° 123/06 e n° 147/14);
- **15.10.** A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal (art. 4°, § 2°, do Decreto 6.204/07);
- **15.11.** A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 15.12. O proponente que não cumprir com o disposto no item 15 e seus subitens será desclassificado.

#### 16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 16.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da eventual solicitação do Pregoeiro.
- **16.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **16.1.2.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- **16.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**16.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 17. DOS RECURSOS

- 17.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 17.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 17.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 17.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - 17.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.
- **17.7.** As decisões Administrativas sobre os Recursos Administrativo serão autuadas no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 17.8. As Razões e as Contrarrazões de Recurso Administrativo deverão ser protocolizadas junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar o prazo assinalado no item 17.1 deste edital.

#### 18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **18.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 19.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 19.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 19.3. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 19.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.



- 19.5. Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- 19.6. No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.
- 19.7. Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, o Departamento de Licitações poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

#### 20. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

- **20.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.
- **20.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

## 21. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 21.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços.
- 21.1.1. As condições de aquisição constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada aquisição específica, no respectivo requerimento elaborado.
- 21.1.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à aquisição (artigo 9°, inciso XI, do Decreto n° 7.892, de 2013).
- 21.2.O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da Ata, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 21.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- **21.2.2**. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.
- **21.3**. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante poderá realizar consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- **21.4.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **21.5.** Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.
  - 21.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.



**21.7.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.

#### 22.DO PREÇO

22.1 Durante a vigência do contrato, os preços são fixos e irreajustáveis.

#### 23. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO

- 23.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar a grama solicitada em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem 23.2.
- 23.1.1. As leivas devem ser uniformes livres de doenças e pragas. Macia e resistente ao pisoteamento, com folhas estreitas e médias, de cor verde esmeralda e estolões penetrantes, que enraízem facilmente.
  - 23.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
    - a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
    - b) Descrição da grama a ser adquirida;
    - c)Local onde será entregue a grama;
    - d)Prazo para entrega da grama;
    - e) Quantidade e medidas da grama, quando for o caso;
    - f)Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;
    - g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 23.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 23.3.1. Em razão da organização interna da Secretaria, a requisição de entrega da grama poderá ser expedida diretamente pela Secretaria Municipal e encaminhada para a empresa vencedora.
- 23.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento da grama caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 23.2.
- 23.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 23.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos por improbidade administrativa.
- 23.6. O fornecimento da grama pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a máfé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 23.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.
- 23.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

#### 24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

#### 24.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- **24.1.1.** Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo, quantidades e locais indicados pelo Município, em estrita observância das especificações do Edital, do Termo de referência e da proposta;
- **24.1.2.** Emitir a respectiva nota fiscal dos produtos fornecidos, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- **24.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da aquisição, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- **24.1.3.1.** Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, as suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência e Edital, o material com avarias ou defeitos;
- **24.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- **24.1.5.** Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do material, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **24.1.6.** Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **24.1.7.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de Ata de Registro de Preços;
- **24.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
  - 24.1.9. Efetuar a entrega do material com seus próprios equipamentos e funcionários;

#### 25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

#### 25.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- 25.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- **25.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- **25.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor efetivo especialmente designado;
  - 26.2 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### 26. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- **26.1.** A Contratada é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços.
- **26.2.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato e de vícios ocultos do objeto adquirido.

#### 27. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 27.1. Quando a entrega do objeto for realizada, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da ata de registro de preços, o qual verificará o material fornecido e confeccionará um termo de recebimento provisório, identificando os materiais recebidos, cuja finalidade é apenas para atestar que a Contratada entregou os materiais na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento à CONTRATADA.
- 27.1.1.Juntamente com a entrega do material, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal correspondente, nos termos definidos pelo Departamento de Compras do Município.

- 27.2. Após o recebimento provisório, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores efetivos, realizará, no prazo de até 15 (quinze) dias, a liquidação da aquisição, isto é, a verificação da compatibilidade do material entregue com as especificações do Termo de referência e da solicitação mencionado no item 23.2, para fins de recebimento definitivo.
- 27.3. A Comissão realizará inspeção minuciosa de todo o material, por meio de servidores públicos efetivos competentes ou do fiscal da Ata de Registro de Preços, acompanhados dos profissionais encarregados pela solicitação de compra, com a finalidade de verificar a adequação do material e constatar e relacionar a quantidade do material a que vier ser recusada.
- **27.3.1.** A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da qualidade dos materiais entregues, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos objetos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
- 27.3.2. No caso de material rejeitado, a Contratada deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito ou de acordo com o **Termo de Referência e solicitação**, dentro do prazo de **48** (quarenta e oito) horas, contado da notificação enviada pelo Município, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.
- **27.3.3.** Após tal inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas e os produtos substituídos, para posterior emissão de Nota fiscal dos materiais fornecidos, **disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.**
- 27.3.4. O termo de recebimento definitivo poderá ser substituído pelo carimbo e assinatura dos membros da comissão de recebimento nas solicitações mencionados no item 23.2, os quais serão armazenados em arquivo próprio do Controle Interno ou do Departamento de Compras do Município, disponibilizando-se uma cópia para a empresa contratada.
- 27.3.5. Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante 05 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo.
- 27.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer epoca, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).
- 27.5. A notificação a que se refere o item 27.3.2 poderá ser encaminhada via e-mail para a CONTRATADA.
- 27.6. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

#### 28. DO PAGAMENTO

- 28.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, <u>de forma parcelada, de acordo com as solicitações encaminhadas à Contratada, conforme as necessidades da Administração Municipal;</u>
- 28.2. O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias, subsequentes ao recebimento definitivo, nos termos do item 27 deste edital.
- 28.3. Ao ser emitida a Nota Fiscal, deverá ser imediatamente enviada por e-mail, nos endereços eletrônicos: empenho@capanema.pr.gov.br e/ou compras@capanema.pr.gov.br, ou entregue nas mãos dos servidores designados para o Pagamento.
  - 28.4. O pagamento será efetuado por meio da Tesouraria do Município.
- **28.5.**A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento.

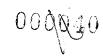




- **28.6.**Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.
- **28.7.** A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's.
- **28.8.** A CONTRATADA se obriga a revalidar todas as suas certidões e documentos vencidos, que tenham sido apresentados na ocasião da habilitação ou junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Capanema. Os pagamentos somente serão efetivados caso a CONTRATADA apresente situação regular.
- **28.9.** Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade do fornecedor não gerará para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- **28.10.** Na ocasião do pagamento a Contratada deverá apresentar na tesouraria da Contratante, além dos documentos exigidos nos subitens anteriores:
- a) Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento;
  - b) Termo de recebimento definitivo dos materiais fornecidos.
- **28.11.** Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição da ata de registro de preços, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
- **28.12.** É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- **28.13.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 28.14. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses, sendo facultada a adoção de apenas uma delas:
- 28.14.1. Mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes à aquisição ou prestação de material requisitado; ou
- 28.14.2. Mediante retenção diretamente sobre o valor devido à Contratada do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), caso o referido tributo incida na ata, bem como o Imposto sobre Materiais de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/03, e na Lei Municipal 950/03.
- **28.15.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **28.16.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela Contratada.
- **28.17.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- **28.18.** É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata de registro de preços.

#### 29. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:



- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - b) Apresentar documentação falsa;
  - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
  - e) Comportar-se de modo inidôneo;
  - f) Cometer fraude fiscal;
  - g) Fizer declaração falsa;
  - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- **29.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- **29.3.** Em caso de inexecução da ata de registro de preços, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
  - 29.3.1. Advertência por escrito;
  - 29.3.2. Multas:
- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do material, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- 29.3.3.Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 29.3.4.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- **29.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **29.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observandose o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **29.6.** A multa será descontada da garantia da ata de registro de preços, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

- **29.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
  - 29.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- **29.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **29.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
  - 29.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **29.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### 30. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **30.1.** Constituem motivo para o cancelamento do registro:
- a) O não cumprimento de cláusulas constantes no edital e na ata de registro de preços, bem como especificações do material e prazos de entrega;
- **b)** O cumprimento irregular de cláusulas constantes no edital e na ata de registro de preços, bem como especificações do material e prazos de entrega;
  - c) O atraso injustificado na entrega do material;
- **d)** A paralisação da entrega do material, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- **e)** A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e na ata de registro de preços;
  - f) A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1° do art. 67 da Lei n° 8.666/93;
  - i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - j)A dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 1) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a ata;
- m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas deste, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- o) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para entrega dos materiais, nos prazos da ata;

- **p)**A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do fornecimento dos materiais;
- **q)** Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **30.2.** O cancelamento, devidamente motivado nos autos, será precedido de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 31. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- **31.1.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- **31.2.** A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

#### 32. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- **32.1.** A Administração, de oficio ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.
- **32.2.** A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
  - 32.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- **32.4.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequências do ato anulado.
- **32.5.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- **32.6.** A nulidade da ata de registro de preços opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a ata, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- **32.7.** A nulidade da ata não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- **32.8.** Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

#### 33. DA FISCALIZAÇÃO

- 33.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da ata de registro de preços consistem na verificação da conformidade da aquisição e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da Administração, sendo servidor público especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- **33.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle dos materiais e da ata.
- **33.3.** A Contratante exercerá a fiscalização do material através de um representante da Secretaria de Administração, especialmente designado para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.
- **33.4.** Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto na ata, no Edital, nas Especificações, nos Projetos, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o material em questão e seus complementos.
- **33.5.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e,



na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 33.6. Compete especificamente à Fiscalização:

- 33.6.1. Indicar à Contratada todos os elementos indispensaveis ao fornecimento do material;
- **33.6.2.** Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido nas Obrigações da Contratada constantes do Edital e seus anexos;
  - 33.6.3. Exigir o cumprimento integral das especificações previstas em Edital.
  - 33.6.4. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;
  - 33.6.5. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
  - 33.6.6. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- **33.6.7.** Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações do material que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;
- **33.6.8.** Relatar oportunamente à Contratante, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no fornecimento do material em relação a terceiros;
- **33.6.9.** Dar à Contratante imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão da ata.
- **33.7.** A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

Os resultados alcançados em relação a ata, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

- **b)**Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
  - c)A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
  - d) A adequação dos fornecimentos de acordo com a rotina estabelecida;
  - e)O cumprimento das demais obrigações decorrentes da ata; e
  - f)A satisfação do público usuário.
- **33.8.** O fiscal ou gestor da ata, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1° do artigo 65 da Lei n° 8.666/93.
- **33.9.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocontencias relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1° e 2° do artigo 67 da Lei n° 8.666/93.
- **33.10.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão da ata, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.
- **33.11.** Os fornecimentos deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a Fiscalização, dispondo esta, de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Edital.
- **33.12.** Reserva-se à Contratante o direito de intervir na entrega quando ficar comprovada a incapacidade técnica da Contratada ou deficiência dos materiais, sem que desse ato resulte o seu direito de pleitear indenização, seja a que título for.

#### 34. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**34.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.





- **34.2.** Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de oficio ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.
- **34.3.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e em atendimento ao disposto no §1° do artigo 32 da Lei 8.666/93.
- **34.4.** Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e representantes credenciados presentes.
- **34.5.** A licitação não implica da obrigatoriedade de compra por parte do Município de Capanema PR. Até a entrega do empenho, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- **34.6.** Qualquer impugnação, recurso, ou troca de documentos relacionados a este Edital deverão ser protocolizados junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se a data de recebimento da correspondência para verificação da tempestividade dos atos, respeitando-se os prazos previstos neste edital.
- **34.7.** Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados junto a Prefeitura do Município de Capanema, Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro CEP 85.760.000 Capanema, Estado do Paraná, no horário das 7:45 às 11:30 e das 13:15 às 17:30 horas.
- 34.8. Os casos omissos serão regidos pela Legislação aplicável às licitações e contratos administrativos. Bem como qualquer contradição que este ato convocatório insurgir contra a Legislação Federal, aproveitará a Legislação Federal em detrimento deste.

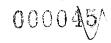
#### 35. DO FORO

**35.1.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Capanema-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capanema, 08 de agosto (de)201

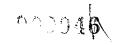
Américo Bellé Prefeito Municipal





ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(\*) (papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax) Local e data Ao Município de Capanema - PR Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro 85.760-000 - Capanema - PR. REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º87/2019 Sr. Pregoeiro. Pelo presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa ......(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2019, cujo objeto é a \_, conforme descrição constante no Edital. ...... De ...... De \_\_\_\_. (Assinatura do representante legal Nome RG/CPF Cargo (\*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO. ANEXO II MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO(\*) (Em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal) PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º .....e Inscrição Estadual sob n.º ....., representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ...... e CPF n.º ....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ....... (Indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 87/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor pecurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, epítim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante. A presente Procuração é válida até o dia ..... (Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA) Nome Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário. Em atendimento a Lei Federal nº 13.726/2019, o reconhecimento de assinatura no instrumento de procuração particular, poderá ser realizado perante a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que apresentado, via original ou cópia autenticada em cartório, de Documento Oficial com foto e assinatura do subscrevente (Ex. Cédula de RG, CNH, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Passaporte e Cédula de identidade Profissional), somente sendo admitido o reconhecimento da assinatura na forma grafada no documento apresentado. (\*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES, NO INÍCIO DA SESSÃO - ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.





### ANEXO - III

#### Modelo de Declaração Unificada

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019
Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:
Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)
Declaramos para os devidos fins que <b>NENHUM</b> sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, <b>concordo que o Contrato</b> seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: Telefone: ()
Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob n.º, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da <b>Contrato</b> , referente ao Pregão Presencial n.º 87/2019 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
de 2019.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Local e Data





#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(\*)

(Em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

(CASO O LICITANTE ESTEJA ENQUADRADO NOS TERMOS DA LC Nº 123, E OPTE POR EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, DEVERÁ APRESENTAR ESTA DECLARAÇÃO ACOMPANHADA DA "CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ATUALIZADA, EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE).

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob a	s penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório
que a empresa	(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº
	_é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento
previsto na Lei Comple	ementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na
	portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no
<i>O</i> ,	do Pregão Presencial nº/, realizado pelo Município de Capanema - PR.
Local e data	
	(Assinatura do representante legal
	Nome
	RG/CPF
	Cargo
	O <b>opcional</b> - apresentar <mark>fora dos envelopes</mark> , no início da sessão
ACOMPANHADO PELA	CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL.



# ANEXO V - (MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ...... PREGÃO PRESENCIAL N° 87/2019

Aos dias do mês de de, o Município de Capanema - PR, inscrito no CNPJ/MF
sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Pedro
Viriato Parigot de Souza nº 1080 - Centro, doravante denominado Prefeitura, representada pelo seu
Prefeito Municipal, Sr, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do
Decreto Municipal nº 4.118/2007 e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas
apresentada no <b>Pregão Presencial nº 87/2019</b> , por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada
e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema em, resolve REGISTRAR OS PREÇOS
da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas
enunciadas nas cláusulas que se seguem.

	, sediada	na	,	n°,	na	cidade
de Estado do	, inscr	ita no	CNPJ sob o n°		e I	nscrição
Estadual sob o nº, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por						
seu Sr	, portador do	RG nº	e do	CPF nº	•••••	•••••

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANT E	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
					$\overline{}$

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema PR.
- 3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:
  - 3.2.1. Número da Ata;
  - 3.2.3. Número do item conforme Ata;

- 3.2.3. Dotação orçamentária onerada;
- 3.2.4. Valor do material;
- 3.2.5. Requerimento.
- **3.3.** O material deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 4.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar a grama solicitada em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem 4.2.
- 4.1.1. As leivas devem ser uniformes livres de doenças e pragas. Macia e resistente ao pisoteamento, com folhas estreitas e médias, de cor verde esmeralda e estolões penetrantes, que enraízem facilmente.
  - **4.2.** O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
    - a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
    - b) Descrição da grama a ser adquirida;
    - c)Local onde será entregue a grama;
    - d)Prazo para entrega da grama;
    - e) Quantidade e medidas da grama, quando for o caso;
    - f)Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;
    - g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 4.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 4.3.1. Em razão da organização interna da Secretaria, a requisição de entrega da grama poderá ser expedida diretamente pela Secretaria Municipal e encaminhada para a empresa vencedora.
- 4.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento da grama caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.
- 4.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 4.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação responsabilização dos agentes públicos envolvidos por improbidade administrativa.
- 4.6. O fornecimento da grama pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a máfe da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 4.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.
- 4.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1.O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 28 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos materiais, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.



- 5.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.3.A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

#### $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

 $I = \frac{(6 / 100)}{365}$ 

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

5.5. As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

	oi çaincii			<del></del>			
Dotações							
Exercíci	Conta	Funcional programática	Fonte de	Natureza da 💎	Grupo da fonte		
o da====	da		recurso	despesa			
despesa <sup>‡</sup>	despesa	English Committee Committee Committee					
2019	310	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	650	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	660	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	940	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1130	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1200	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1320	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1560	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	1810	09.001.10.301.1001.2081	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	2870	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3040	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3590	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3670	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3750	11.003.08.243.0802.6372	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	3970	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	4090	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		
2019	4170	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício		



#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante da Secretaria Municipal de Administração**, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos do item 33 do edital.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica



em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

- **6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- **6.4.** Fica credenciado pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, o(a) servidor(a) Jolcimara Salete Gava, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- **6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

- **7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.
- **7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.
- **7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.
- **7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/93.
- **8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- **8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 8.3.1.Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 8.3.2.Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 8.3.2.Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.
- **8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- **8.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da <u>alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93</u>, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



- **8.4.2.** Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- **8.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- **8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- **8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- **8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- **8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
  - 8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
  - **8.10.** Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.
- **8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:
  - 9.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **9.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- **9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - **9.2.1.** Por razões de interesse público;
  - **9.2.2.** A pedido do fornecedor.
  - **9.2.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - b) Apresentar documentação falsa;



- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- **10.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
  - 10.3.1. Advertência por escrito;

#### 10.3.2. Multas:

- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do material, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- 10.3.3.Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.3.4.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 10.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observandose o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **10.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- **10.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
  - 10.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.







- **10.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
  - 10.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **10.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os materiais serão recebidos na forma do item 27 do edital.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.
- 15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial nº 87/2019**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa
- 15.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibil de com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 87/2019**.
- **15.4.** Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a)** -----, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, ..... de ........ de 2019.

Américo Bellé

Prefeito Municipal

Detentora da Ata (NOME) Representante Legal

TOTAL DA PROPOSTA: 0,00

# Município de Capanema

Pregão 88/2019

### PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: / -	Fornecedor:	E-mail:				
Endereço :			Telefone:	Fax:	Celular:	
Inscrição Estadual:		Contador:	Telefone contador:			
Representante:		CPF:	RG:			
Endereço representanto	<b>:</b> :			Telefon	e representante:	
·						

E-mail representante:

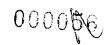
Banco: Agência: Conta: Data de abertura:

Lote:: 001   Lote 001						
Nº Item Descrição do Produto / Serviço	Qtd e.	Unid.	Preço Máximo Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001 LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER	4.000,00	M2	12,50			0,00
					PREÇO TOTAL DO LOTE:	0,00

CNPJ: . . / -

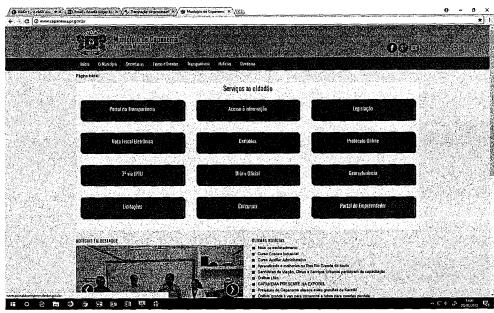
0968/2019 10.03:09



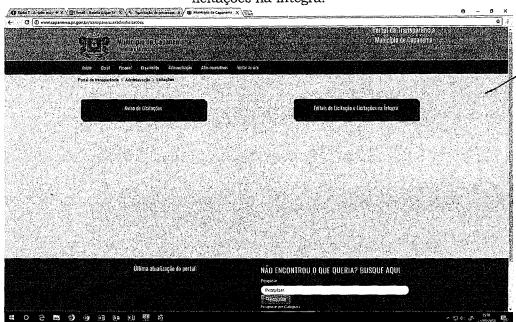


### ANEXO VII ORIENTAÇÕES PARA GERAÇÃO/REDAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS EM PROGRAMA ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO

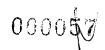
1. Acessar: www.capanema.pr.gov.br

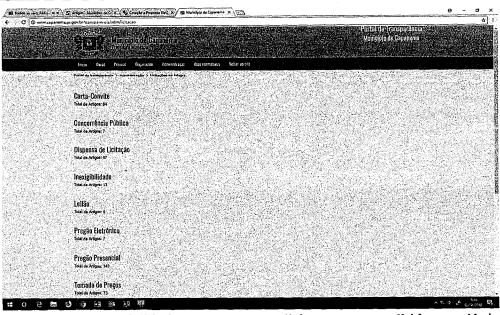


2.Depois de acessar a página do Município, clique no link Licitações – depois Editais de licitação e licitações na íntegra.



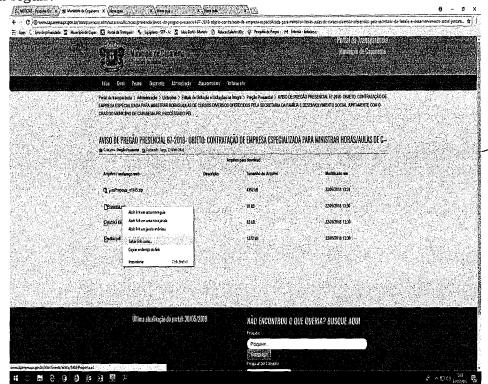




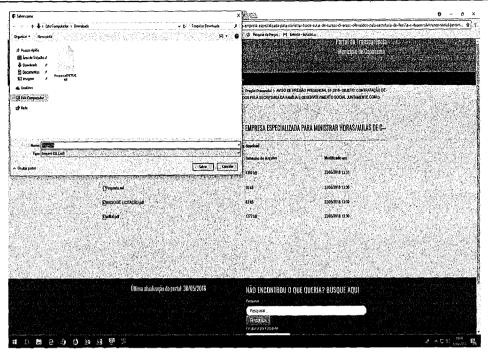


- 2.1. Abra a modalidade e a licitação escolhida. Abrir o link http://www.equiplano.com.br/downloads/Slc500/esProposta\_v1145.zip
- 2.2. Abra a modalidade e a licitação escolhida. Abrir o link http://www.equiplano.com.br/downloads/Slc500/esProposta\_v1145.zip

Clique com o botão auxiliar do mouse sobre o arquivo Proposta.esl e após em Salvar Link como, conforme tela a seguir:

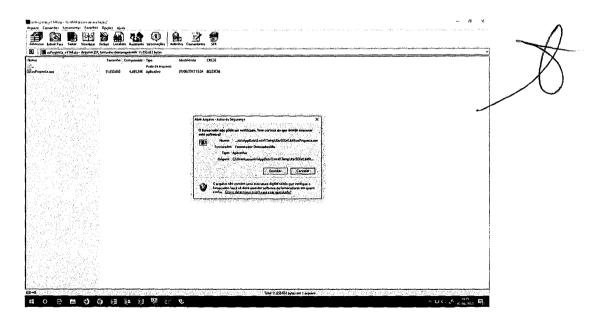




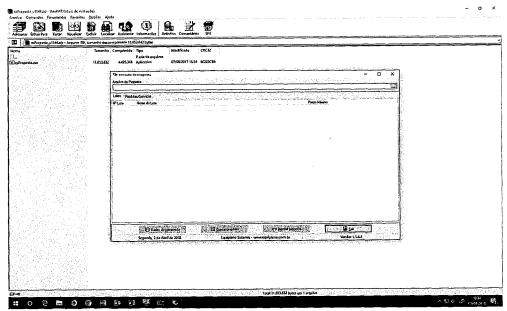


Copie os arquivos em seu computador e faça conforme a seguir:

- 3. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS- Para informar os valores e as marcas dos produtos contidos no anexo, proceda da seguinte forma:
- 3.1. Para você acessar abra o arquivo <a href="http://www.equiplano.com.br/downloads/Slc500/esProposta\_v1145.zip">http://www.equiplano.com.br/downloads/Slc500/esProposta\_v1145.zip</a> salvo em seu computador: que aparecerá a seguinte tela:



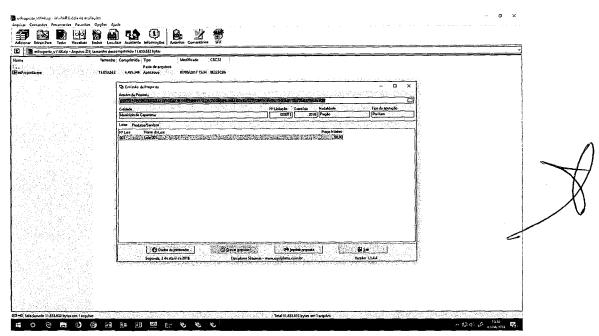
- 3.2.Clique em executar
- 3.3. Próxima tela



3.3.1.Clique no arquivo da proposta:

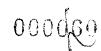
3.3.1.1.Busque em seu computador o arquivo da proposta que você salvou do site do

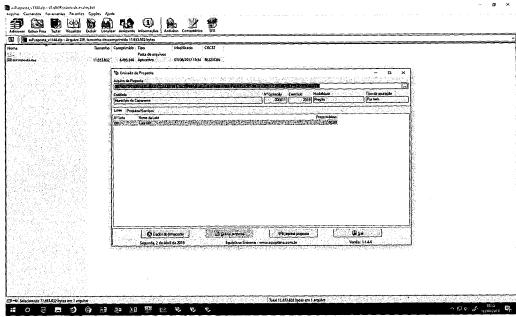
Município.



- 3.4. Próximo passo: clique em dados do fornecedor: preencha todos os campos.
- 3.4.1. Abra o campo do Representante, preencha, depois entre no quadro socitário, preencha todos os dados. Clique em fechar
  - 3.5. Vai voltar a tela







- 3.6. Clique em produtos e serviços: vai abrir todos os lotes e itens da licitação.
- 3.6.1.Deverá ser preenchido obrigatoriamente, os preços, marcas e modelo. O valor deverá ser digitado utilizando o formato 9999,9999. Não coloque ponto decimal para separar a casas dos milhares, apenas a virgula para separação dos centavos.
  - 3.6.1.1. Exemplo: Ao digitar o valor não usa ponto:
    - a) Ex. 1520,00 (certo) 1.520,00(errado).
- 3.6.1.2. Os valores devem digitados, sempre respeitando a coluna de Preços unitário máximo para cada item.

### 3.7. TERMINO DO PREEENCHIMENTO:

- 3.7.1. Após o termino da digitação/gravação de todos os itens:
- 3.7.1.1. Salvar o Arquivo PROPOSTA.ESL em unidade de armazenamento (CD-R ou Pendrive) em bom estado, bem acondicionado, para que não sofra danos. (Importante: testar o arquivo que foi gravado.
  - 3.7.1.2. No Botão imprimir proposta, imprimir o documento e coletar assinatura;
  - 3.7.1.3. Acondiciona-los em envelope adequado identificado conforme solicita o edital.





### PARECER JURÍDICO Nº 238/2019

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações ASSUNTO: Análise prévia do Pregão Presencial nº 87/2019.

**EMENTA**: ANÁLISE PRÉVIA DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO NUMERADO COM DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. OBJETOS E JUSTIFICATIVAS SUFICIENTES. POSSIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. PARECER FAVORÁVEL.

#### 1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria nº. 7.280/2018, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, minuta de edital de pregão presencial, tipo menor preço, por item, visando a aquisição de leivas de grama instaladas para utilização do Município de Capanema/Pr, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

- I) Portaria nº 7.280/2018 fl. 01;
- II) Solicitação da contratação fl. 02;
- III) Termo de Referência fls. 03/04;
- IV) Orçamento e pesquisa de preços fls. 05/19;
- V) Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal fl. 20;
- VI) Parecer do Departamento de Contabilidade fl. 21;
- VII) Relatório do Sistema de Protocolo fl. 22;
- VIII) Minuta do edital fls. 23/44; e,
- IX) Anexos 01 a 04 fl. 45/47; Anexo 05 (minuta da ARP) fls. 48/55; e, Anexo 07 fls. 56/60.

É o Relatório.

#### 2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma

Página 1 de 6





consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos serviços da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

### 2.1. Da licitação: do cabimento da modalidade Pregão Presencial

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem/serviço comum, nos termos da lei 10.520/2002; e (2) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo serviço/bem, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Página 2 de 6





Nesse rumo, o Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei Federal nº. 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns, com disciplina e procedimentos próprios visando a acelerar o processo de escolha de futuros contratados da Administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei 8.666/93. A própria lei acima mencionada, em seu art. 1°, Parágrafo Único, esclarece o que se deve entender por "bens e serviços comuns":

"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

A doutrina tem muito estudado a abrangência da expressão "bens e serviços comuns", citem-se as considerações do insigne Professor José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra "Manual de Direito Administrativo" (25ª Ed., Editora Atlas, p. 304), para quem a amplitude do termo "bens e serviços comuns" permite a adoção do pregão para praticamente todos os bens e serviços:

"Para especificar quais os bens e serviços comuns, e diante da previsão legal de ato regulamentar, foi expedido o Decreto  $n^\circ$  3.555, de 8.8.2000 (publ. Em 9.8.2000). No anexo, onde há a enumeração, pode constatar-se que praticamente todos os bens e serviços foram considerados comuns; poucos, na verdade, estarão fora da relação, o que significa que o pregão será adotado em grande escala".

Também o Tribunal de Contas da União, em análise quanto à abrangência do significado de bens e serviços comuns, já se manifestou diversas vezes, tais como nos acórdãos 313/2004, 2.471/2008, ambos do Plenário:

"11. O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadrase no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais de mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.

12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos também podem ser enquadrados como comuns (...)".

(Acórdão nº 313/2004 - Plenário)

"19. O entendimento de bem comum, de acordo com diversos autores, nada tem a ver com a complexidade do bem adquirido e sim com produtos

Página 3 de 6





que sejam comumente encontrados no mercado, sem a necessidade de alterações específicas para o fornecimento em questão".

(Acórdão nº 2.471/2008 - Plenário)

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração (Termo de Referência), bem como da verificação de existência de um mercado vasto, diversificado e capaz de identificar amplamente as especificações usuais deste objeto, infere-se que este pode ser considerado como bens comuns.

### 2.2. Do sistema de registro de preços

No caso vertente, Administração optou pelo sistema de registro de preços. A esse respeito, cumpre observar o regramento insculpido na Lei nº 8.666, de 1993:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

Para regulamentação da contratação por registro de preços, foi editado o Decreto nº 7.892/13, que estabelece as hipóteses de contratação suscetíveis de serem processadas por esta sistemática. É o que estabelece o art. 3º:

> Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Neste prisma, verifica-se que o presente procedimento licitatório atende aos requisitos legais para a adoção do SRP, notadamente os incisos I, II e IV supramencionados.

### 2.3. Do Termo de Referência

Em licitações realizadas na modalidade pregão, é obrigatória a elaboração de Termo de Referência ou Projeto Básico, que deve dispor sobre as condições gerais de execução do contrato.

Página 4 de (





Destarte, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o termo de referência atende de maneira **suficiente** aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que os licitantes elaborem as suas propostas.

Ademais, oportuno registrar a necessidade da administração se atentar para o disposto nos itens 28 e 29, especificamente no que tange às condições de recebimento do objeto e a necessidade do respectivo termo de recebimento definitivo para possibilitar o pagamento.

Outrossim, atendidas as ponderações acima, como a presente licitação adota o Sistema de Registro de Preços, se faz necessário que a Secretaria interessada em contratar se atente ao item 24 do Edital de Licitação, realize o requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, anexando-o a Presente Licitação.

### 2.4. Da Ata de Registro de Preços

Extrai-se que a Ata tratou de contemplar todos os elementos do art. 1º, II, do Decreto nº 7.892/13: preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

#### 2.5. Da minuta do edital

A análise da minuta de edital foi conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, qual seja, a Lei 10.520/2002, o Decreto Federal nº. 7.892/13, o Decreto Municipal nº. 4.118/07, a Lei Complementar Federal nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como, de forma subsidiária, a Lei 8.666/93.

#### 2.6. Da licitação exclusiva a ME e EPP

Consoante as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014 na Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe no art. 47 acerca do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas, revela-se dever da administração realizar licitações destinado exclusivamente as ME's e EPP's, nas quais o valor individual dos itens de contratação sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).







Nesse diapasão, analisando o Projeto Básico constata-se que, de fato, os itens que compõem o objeto desta licitação enquadram-se no limite individual de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), razão pela qual conclui-se acertada a realização desta licitação destinada exclusivamente as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

#### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta favoravelmente à publicação da minuta de edital em apreço, bem como de seus anexos, ora rubricados com o intuito de identificar a documentação examinada.

Ademais, importante salientar a necessidade de publicação deste edital no portal eletrônico do Município de Capanema, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011.

Capanema, 12 de agosto de 2019.

Romanti Ezer Barbosa

**Procurador Municipal** 

OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675

## **AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO**

Capanema - PR, 13 de agosto de 2019

Assunto: Pregão Presencial nº 87/2019

DE: Prefeito Municipal

PARA:

Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade PREGÃO, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão de Licitação é aquela nomeada pela Portaria Nº 7.280 de 07 de dezembro de 2018.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências necessárias.

Américo Bellé Prefeito Municipal AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: Pregão Presencial nº87/2019
Tipo de Julgamento: Menor preço por item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESS ADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..
Valor: R\$50,000,00 (Cinqüenta Mil Reais)
Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 02/09/2019
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Capanema – Paraná – Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br. Capanema-PR, 13 de agosto de 2019
Roselia K.B.Pagani-Pregoeira



### licitacao@capanema.pr.gov.br



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

Enviado em:

quarta-feira, 14 de agosto de 2019 08:50

Para:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

CNPJ: 17.542.364/0001-04

Endereço: Av. Rubens Cesar Caselani

Telefone: (46) 3543-2815

mail: joaoterraviva@gmail.com

Modalidade/Edital: PR/87/2019

alo Caso

### licitacao@capanema.pr.gov.br

De:

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp < joaoterraviva@gmail.com>

Enviado em:

quarta-feira, 14 de agosto de 2019 08:44

Para:

Licitação

Assunto:

Re: EDITAL E ARQUIVOS PREGÃO PRESENCIÁL 87-2019

Bom dia

Recebemos o edital e constatamos que nao exige CREA da empresa licitante, pois é obrigatório emissão de RT para colocação da grama por exigência do CREA que fiscaliza e notifica a empresa e a prefeitura. caso a empresa nao tenha CREA e a prefeitura nao exige ambas sao passiveis de multa.

### Por gentileza acusar o Recebimento.



Atenciosamente.

Terra Viva Comercio e Representações Eireli - EPP

√JPJ: 17.542.364/0001-04 Av. Rubens Cesar Caselani, 1987 Telefone: (046) 3543-2815

Realeza/PR



Livre de vírus. www.avast.com.

Em qua, 14 de ago de 2019 às 08:12, < licitacao@capanema.pr.gov.br > escreveu:

Bom dia!

Segue em anexo o Edital referente ao Pregão Presencial 87-2019!

r∕ara retirada dos demais arquivos e realização do cadastro, por gentileza acesse o seguinte Link: http://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao/presencial/aviso-de-edital-de-pregaopresencial-n-87-2019-objeto-aquisicao-de-leivas-de-grama-instaladas-para-utilizacao-do-municipio-de-capanemapr-nas-reformas-e-revitalizacoes-dos-bens-publicos-processado-pelo-sistema-de-registro-de-precos



### PREGÃO PRESENCIAL 87/2019 AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 87/2019, com a alteração descritas a seguir.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

### NO EDITAL FICA INCLUSO O ITEM 15.4.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) A empresa e o profissional técnico deverão possuir <u>Registro ou inscrição</u>, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.
- b) Deverá ser apresentado a comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho.

Os demais itens permanecem inalterados.

Capanema, 15 de agosto de 2019

Américo Bellé- Prèfeito Municipal

### licitacao@capanema.pr.gov.br



De:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

quinta-feira, 15 de agosto de 2019 10:01

Para:

'Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp'

Assunto:

RES: EDITAL E ARQUIVOS PREGÃO PRESENCIAL 87-2019

Anexos:

edital.pdf; ERRATA 01.pdf

**BOM DIA** 

SEGUE EM ANEXO CÓPIA DO EDITAL E DA ERRATA

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/ Presidente da Comissão Permanete
de Abertura e Julgamento de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549

De: Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp < joaoterraviva@gmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 14 de agosto de 2019 10:13

Para: Licitação < licitacao@capanema.pr.gov.br>

Assunto: Re: EDITAL E ARQUIVOS PREGÃO PRESENCIAL 87-2019

E é importa\nte a empresa ter RENASEM,

Por gentileza acusar o Recebimento.

Atenciosamente.

Terra Viva Comercio e Representações Eireli - EPP

CNPJ: 17.542.364/0001-04 Av. Rubens Cesar Caselani, 1987 Telefone: (046) 3543-2815

∂aleza/PR



Livre de vírus. www.avast.com.

Em qua, 14 de ago de 2019 às 10:11, < licitacao@capanema.pr.gov.br> escreveu:

Vamos verificar.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/ Presidente da Comissão Permanete

de Abertura e Julgamento de Licitações

### Município de Capanema-PR



Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080

Capanema - PR cep 85760-000

fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549

De: Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp < joaoterraviva@gmail.com >

Enviada em: quarta-feira, 14 de agosto de 2019 08:44

Para: Licitação < licitacao@capanema.pr.gov.br>

Assunto: Re: EDITAL E ARQUIVOS PREGÃO PRESENCIAL 87-2019

Bom dia

പ്പecebemos o edital e constatamos que nao exige CREA da empresa licitante, pois é obrigatório emissão de RT para colocação da grama por exigência do CREA que fiscaliza e notifica a empresa e a prefeitura.

caso a empresa nao tenha CREA e a prefeitura nao exige ambas sao passiveis de multa.

Por gentileza acusar o Recebimento.

Atenciosamente.

arra Viva Comercio e Representações Eireli - EPP

CNPJ: 17.542.364/0001-04

Av. Rubens Cesar Caselani, 1987

Telefone: (046) 3543-2815

Realeza/PR

Livre de vírus. <u>www.avast.com</u>.

6111)74

Em qua, 14 de ago de 2019 às 08:12, < licitacao@capanema.pr.gov.br > escreveu:

Bom dia!

Segue em anexo o Edital referente ao Pregão Presencial 87-2019!

Para retirada dos demais arquivos e realização do cadastro, por gentileza acesse o seguinte Link: <a href="http://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao/presencial/aviso-de-edital-de-pregao-presencial-n-87-2019-objeto-aquisicao-de-leivas-de-grama-instaladas-para-utilizacao-do-municipio-de-capanema-pr-nas-reformas-e-revitalizacoes-dos-bens-publicos-processado-pelo-sistema-de-registro-de-precos</a>

# EXCHIDIBULE

### ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL Nº 1,648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Valdeci Alves dos Santos - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Anderson Ferreira dos Passos RESPONSÁVEL TÉCNICO: Anderson Ferreira dos Passos DRT Nº 9975/PR

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

### PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br

Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Américo Bellé Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer

Secretário de Administração: Valdeci Alves dos Santos

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz

Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti

Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso

Secretário de Saúde: Jonas Welter

Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber

Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000 Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

E-mail: capanemacamara@gmail.com

Capanema - Paraná

Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Airton Marcelo Barth Vereador: Gilmar Pontin Vereador: Ginésio J. Pinheiro Vereador: Paulo C. Lothermann Vereadora: Izolete Ap. Walker

## ATOS LICITATÓRIOS

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2019

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que re-

alizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: Pregão Presencial nº85/2019

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E CAS-CO DE BOTIJÃO PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINIS-TRAÇÃO PÚBLICA DE CAPANEMA - PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor: R\$125.400,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil e Quatrocentos Reais)

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 29/08/2019

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná Centro.

ouartaereiriaei4ideagostolde20194Edigao

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR,13 de agosto de 2019

Roselia K.B.Pagani-Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL № 86/2019

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que re-

alizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: Pregão Presencial nº86/2019

Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE IMPRES-SORAS MULTIFUNCIONAIS LASER JET MONOCROMÁTICAS E SCANNER DE MESA DE ALTA VELOCIDADE COM REDE WIRELES E ETHERNET CABEADA. PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS SIMPLES, FRENTE E VERSO EM ÚNICA PÁGINA E ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCumentos para instalação na secretaria de administração, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANE-MA-PR. PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.

Valor: R\$38.700,00 (Trinta e Oito Mil e Setecentos Reais) Abertura das propostas: 13:30 horas do dia 29/08/2019

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR,13 de agosto de 2019

Roselia K.B.Pagani-Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL № 87/2019

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº87/2019 Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTI-LIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E RE-VITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor: R\$50,000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 02/09/2019

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080— Capanema – Paraná -Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR,13 de agosto de 2019

Roselia K.B.Pagani-Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL № 88/2019

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº88/2019

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EPIs DIVERSOS PARA USO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVICOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor: R\$32.956,50 (Trinta e Dois Mil, Novecentos e Cinqüenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos)

Abertura das propostas: 13:30 horas do dia 02/09/2019

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema,





<u>Voltar</u>

Registrar processo licitatório	Informações Gerais
Município	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Os	campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM
Ano*	2019
Modalidade*	Pregão ▼
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	87 .
	Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito
A licitação utiliza estes recursos?	
Número edital/processo*	87
Descrição do Objeto*	AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Forma de Avalição	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	0500104122040220230310339030
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	50.000,00
Data de Lançamento do Edital	14/08/2019
Data da Abertura das Propostas	02/09/2019
	Há itens exclusivos para EPP/ME? Sim
	Há cota de participação para EPP/ME? Sim ▼ Percentual de participação: 25,00
Trata-se de obra com ex	xigência de subcontratação de EPP/ME? Não ▼
Há prioridade para aquisições	de microempresas regionais ou locais? Sim

CPF: 63225824968 (Logout)



## BANGED BANGE

### ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Valdeci Alves dos Santos - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Anderson Ferreira dos Passos RESPONSÁVEL TÉCNICO: Anderson Ferreira dos Passos DRT № 9975/PR

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

### PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br

Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Américo Bellé Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer

Secretário de Administração: Valdeci Alves dos Santos

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz

Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti

Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso

Secretário de Saúde: Jonas Welter

Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber

Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000 Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

E-mail: capanemacamara@gmail.com

Capanema - Paraná

Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Airton Marcelo Barth Vereador: Gilmar Pontin Vereador: Ginésio J. Pinheiro Vereador: Paulo C. Lothermann Vereadora: Izolete Ap. Walker

# ATOS LICITATÓRIOS

### RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema do dia 13/08/2019, edição 322, Página 3

Onde Lia-se:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°2019/2019

Pregão Presencial Nº 072/2019 Data da Assinatura: 12/08/2019.

Contratante:

Município de Capanema-Pr.

Contratada:

CONCRECAW CONCRETOS LTDA

Objeto:AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO JUNTO A SEC-RETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA -- PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS..

Valor total: R\$ 186.000,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais)

Américo Bellé Prefeito Municipal

Leia-se:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°364/2019

Pregão Presencial Nº 072/2019 Data da Assinatura: 12/08/2019.

Contratante: Contratada: Município de Capanema-Pr.

NJEERRA, 1/6 IDJE AGOSTIO IDE 2019 - IEDIGAO

CONCRECAW CONCRETOS LTDA

Objeto:AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO JUNTO A SEC-RETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS..

Valor total: R\$ 186.000,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais)

Américo Bellé Prefeito Municipal

Capanema, 15 de Agosto de 2019

Roselia Kriger Becker Pagani Pregoeira

### PREGÃO PRESENCIAL 87/2019 AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 87/2019, com a alteração descritas a seguir.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTI-LIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E RE-VITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

NO EDITAL FICA INCLUSO O ITEM 15.4.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a) A empresa e o profissional técnico deverão possuir Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

b) Deverá ser apresentado a comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente do licitante, entendendo-se como tal, para fins deste edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor e o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho.

Os demais itens permanecem inalterados.

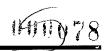
Capanema, 15 de agosto de 2019

Américo Bellé- Prefeito Municipal

PORTARIA N° 7.460, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 076/2019.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

Enviado em:

quinta-feira, 15 de agosto de 2019 17:08

Para: Assunto: licitacao@capanema.pr.gov.br Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: ODAIR GRABOSKI - ME

CNPJ: 17.179.825/0001-18

Endereço: RUA OIAPOS, Nº 725 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO - CAPANEMA PR

Telefone: 4635521182

e-mail: contabilidade.aliancajjn@gmail.com

Modalidade/Edital: PREGÃO/87/2019



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

Enviado em:

sexta-feira, 16 de agosto de 2019 16:58

Para:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: CO SERVICOS DE AJARDINAMENTO LTDA

CNPJ: 07846318000137

Endereço: rua recife

Telefone: 4532262727

e-mail: COAJARDINAMENTO@ONDA.COM.BR

Modalidade/Edital: PREGAO P/87/2019



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

**Enviado em:** 

quarta-feira, 21 de agosto de 2019 14:28

Para:

Assunto:

licitacao@capanema.pr.gov.br Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: VIVEIRO E FLORICULTURA ROMANA EIRELI - ME

CNPJ: 02.685.434.0001-06

Endereço: RUA HAITI 45

Telefone: 45-3227-8080

mail: romana@floriculturaromana.com.br

Modalidade/Edital: PREGAO/87/2019



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

Enviado em:

sexta-feira, 23 de agosto de 2019 11:18

Para:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: Rejane Beatriz Hryciuk 05249458963

CNPJ: 33.397.771/0001-13

Endereço: Rua Rio de janeiro, 931 Centro Capanema-PR

Telefone: 46 999845114

e-mail: capanemaviveiro@gmail.com

Modalidade/Edital: PP/87



De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

Enviado em:

segunda-feira, 26 de agosto de 2019 14:37

Para:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

Novo cadastro:

Razão social: MARCIELI ILOANE KOCH -ME

CNPJ: 18594795000179

Endereço: travesa pastor ariel n. 121, francisco beltrao parana

Telefone: 46988225516

e-mail: marcieli\_fogaca@hotmail.com

Modalidade/Edital: pregao/87/2019

De:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

segunda-feira, 26 de agosto de 2019 14:37

Para: Assunto:

Enviado em:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

WW 83

Novo cadastro:

Razão social: MARCIELI ILOANE KOCH -ME

CNPJ: 18594795000179

Endereço: travesa pastor ariel n. 121, francisco beltrao parana

Telefone: 46988225516

e-mail: marcieli\_fogaca@hotmail.com

Modalidade/Edital: pregao/87/2019

De:

Para:

Assunto:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

sexta-feira, 30 de agosto de 2019 10:53

licitacao@capanema.pr.gov.br

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO



Novo cadastro:

Enviado em:

Razão social: BRUNO HENRIQUE LANZARINI ME

CNPJ: 23.903.344/0001-06

Endereço: RUA DOM PEDRO I, 219, CENTRO, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR

Telefone: 46 99923-2333

mail: LNZ.CONSTRUTORA@GMAIL.COM

Modalidade/Edital: PREGÃO/87/2019

De:

Para:

Assunto:

Licitações - PM Capanema <auditoria@softsul.net>

sábado, 31 de agosto de 2019 09:35

licitacao@capanema.pr.gov.br

Novo cadastro via site - LICITAÇÃO

MM 85

Novo cadastro:

Enviado em:

Razão social: Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

CNPJ: 17.542.364/0001-04

Endereço: Av. Rubens Cesar Caselani

Telefone: (46) 3543-2815

e-mail: joaoterraviva@gmail.com

Modalidade/Edital: PR/87/2019

# **CREDENCIAMENTO**

# EMPRESAS TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP ODAIR GRABOSKI - ME





Terra Viva Comércio e Representações Avenida Rubens Cesar Caselani, 1987 - Centro

Fone: (46) 3543-2815 CNPJ: 17.542.364/0001-04

IE: 9062028243

CEP: 85770-000 REALEZA - PR

joaoterraviva@gmail.com

### ANEXO I

### DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Município de Capanema - PR Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro 85.760-000 - Capanema - PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N. º87/2019

Sr. Pregoeiro,

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4°, VII, da Lei n. ° 10.520/2002, a empresa Terra Viva Comércio e representações Eireli Epp, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL N°. 87/2019, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações constantes no termo de referência., conforme descrição constante no Edital.

Realeza, PR 02 de setembro de 2019.

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

CNPJ nº. 17.542.364/0001-04 João Batista Panazzolo

CPF: 444.590.410-49 RG: 6036164272 SSPRS

Gerente/Procurador

M



KAMU88

Terra Viva Comércio e Representações Avenida Rubens Cesar Caselani, 1987 - Centro Fone: (46) 3543-2815

CNPJ: 17.542.364/0001-04

IE: 9062028243

CEP: 85770-000 REALEZA - PR

joaoterraviva@gmail.com

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 17.542.364/0001-04, por intermédio de seu responsável, João Batista Panazzolo, CPF nº 444.590.410-49 declara, que é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n. º 123/06. Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

Cnpj nº.: 17.542.364/0001-04 João Batista Panazzolo

CPF: 444.590.410-49 RG: 6036164272 SSPRS

Gerente/Procurador

CHOUSE OF SEALETA

Angela M Pavanello
Angela M Pavanello
Angela M Pavanello
Contadora
CRC PR 07388110 7
CPF 041 705 979 58
CPF 041 705 979 PR
Rua Belem 3142 Realeza PR

Max





### **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Página:

001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes

na data da sua expedição.	·		· ·
Nome Empresarial			
TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇ	ÕES - EIRELI - EPP		
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL	DE RESPONSABILIDADE LTD	Α	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 6 0004052-0	17.542.364/0001-04	29/01/2013	01/02/2013
Endereço Completo (Logradouro, № e Con AVENIDA RUBEN CESAR CASELANI, 1987,			
Objeto - COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVO - COMERCIO VAREJISTA DE SEMENTES, N REPRESENTACAO COMERCIAL DE FERT - COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO AGRICOLAS E SUAS PECAS DE REPOSIC/ - REPRESENTACAO COMERCIAL DE MAQU - SERVICOS DE JARDINAGEM; - COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL E - OBRAS DE TERRAPLENAGEM; - COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANT - COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANT - COMÉRCIO POR ATACADO DE CAMINI-	MUDAS, PLANTAS E FERTILIZA ILIZANTES, DEFENSIVOS E DE E EXPORTACAO DE MAQUINA: AO; UINAS, EQUIPAMENTOS E IMP PARA LAVOURA, FLORES, PLE E ILUMINAÇÃO; ELÉTRICO EM GERAL; EL, COM OPERADOR, DE MÁQ IES; OTES; ORES AGRÍCOLAS; EOLAS COM OPERADOR;	ANTES; EMAIS INSUMOS AGRICOLAS S, EQUIPAMENTOS E IMPLEI PLEMENTOS AGRICOLAS; ANTAS E GRAMAS;	SINDUSTRIAIS; MENTOS

- COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO. Capital: R\$ 70.000.00 Prazo de Duração Microempresa ou

(SETENTA MIL REAIS) Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Capital Integralizado: R\$ 70,000,00 Empresa de pequeno porte

Indeterminado

(SETENTA MIL REAIS)

Titular Nome/CPF **ROSILENE INES PANAZZOLO FERRAZZO** 

**Administrador** 

<u>Inicio do</u> Mandato

Término do Mandato

276.929.490-34

Sim

20/01/2014

XXXXXXXXX

Último Arquivamento Data: 06/06/2016

Número: 20163003866

Situação **REGISTRO ATIVO** 

Ato: ALTERAÇÃO

Status

Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

XXXXXXXXXXXXXXXXX

19/504143-7

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETARIO GERAL

CURITIBA - PR, 23 de agosto de 2019



### Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.











Terra Viva Comércio e Representações Avenida Rubens Cesar Caselani, 1987 - Centro

> Fone: (46) 3543-2815 CNPJ: 17.542.364/0001-04

> > IE: 9062028243

CEP: 85770-000 REALEZA - PR

joaoterraviva@gmail.com

### ANEXO II

### PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

### PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp com sede na Av. Rubens Cesar Caselani, nº. 1987, Centro, Realeza, Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.542.364/0001-04 e Inscrição Estadual sob n.º 9062028243, representada neste ato por seu procurador Sr(a) João Batista Panazzolo portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 6036164272 SSPRS e CPF n.º 444.590.410-49, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante credenciado(a) Sr(a) Maria Aparecida Siqueira Bonfim, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 7670951-3 e CPF n.º 005.907.579-11, e ou Samara Richtheik Mello, portadora da Celula de Identidade RG nº. 10338875-9 e CPF nº. 097.594.399-56, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp perante o Município de Capanema, no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº. 87/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, documentos, propostas, contratos e declarações prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia 30/09/2019

Realeza, PR 30 de agosto de 2019.

TABELIONATO DE NOTAS PAGNONCELLI

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

CNPJ nº. 17.542.364 0001-04

João Batista Panazzolo CPF: 444.590.410-49

RG: 6036164272 SSPRS Gerente/Procurador

TABELIONATO DE-NOTAS DE SANTA-IZABEL DO OESTE-Andrei Pagnoncelli - Tabelião e Registrador
Av. dos Pinheiros, 1234- Sala 5 · Centro · CEP: 85650 000 · Santa Izabel do Oeste · PR · Fone: (46) 3542-1219

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura de JOAO BATISTA
PANAZZOLO. Dou fé. Santa-Izabel do Oeste-Paraná, 30 de agosto de

2019.
Felipe Alves de Morais - Escrevente Autorizado

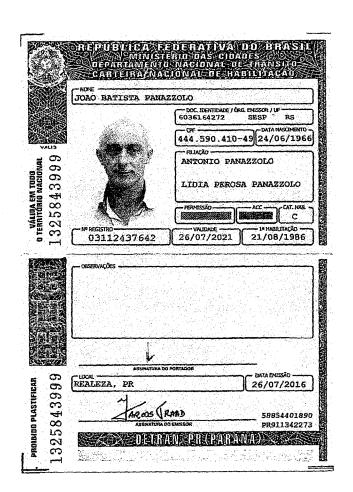
e Lo NK@ZY y9qFk . MHLEA - ZVNYX . KwCCC msulte esse selo em http://funarpen.com.br

Andrei Pagnoncelli

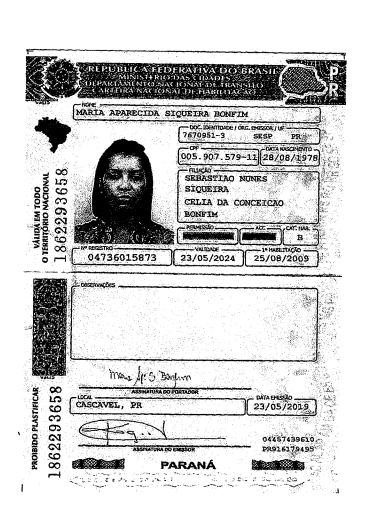
onsulte esse selo em http://funarpen.com.b

Mr.

1



Ma



Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.

Capanema, .

Mar

N



SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS DE NOVA ROMA DO SUL Rua Gregorio Panazzolo, 270 - Térreo - CEP 95260-000 Nova Roma do Sul - RS - Fone: (54) 3294-1186

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica, extraída neste Tabelionato, a qual confere com o original, do que dou fé.

Nova Roma do Sul-RS, 26 de janeiro de 2018

MARCELA PASUCH - TABELIA DESIGNADA

E TBI : R\$ 4,60 + Seio digital: R\$ 1,40 - 0005 01 1200003.28708

EN BRANCO

Mora



JVRO Nº110



FOLHA Nº 104 TRASLADO

TABELIONATO DE NOTAS DE FLORES DA CUNHA ADMAR J. MENEZE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### N°. 3.517 PROCURAÇÃO

**PROCURAÇÃO** TERRA! BASTANTE, que faz: COMERCIO E REPRESENTAÇÕES-EIRELI-EPP, ao outorgado: JOÃO BATISTA PANAZZOLO, como segue:

S A I B A M todos quantos este público instrumento virem, que aos vinte e nove 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade e Comarca de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, neste Oficio/Notarial, perante mim Bel. Ilze Schulz-Tabelia Substituta, compareceu outorgante: TERRA VIVA -COMERCIO REPRESENTAÇÕES - EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob número 17.542.364/0001-04, com sede na Avenida Rubens César Caselani, nº 1987, na chiade de Realeza/PR, com seu contrato social registrado na Junta Comercial sob o número 20141892870 em 11/04/2014, neste ato, representada ROSILENE INES PANAZZOLO FERRAZZO, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de Identidade 6003491591, inscrita no CPF 27692949034, residente e domiciliada na Rua 20 de Setembro 1340, Apto 602, Centro, na cidade de Caxias do Sul/RS; identificada documentalmente por mim Tabelia Substituta, de cuja identidade e capacidade para este ato dou fé; e disse que nomeia e constitui seu bastante procurador, onde preciso for e com esta se apresentar: JOÃO BATISTA PANAZZOLO. divorciado, administrador de empresas, portador, da carteira de identidade número-03112437642, inscrito no CPF sob número 444.590.410-49, residente e domiciliado na Avenida Rubens César Casalani, nº 1987, Centro, na cidade de Realeza/RS; a quem confere os seguintes poderes específicos para o fim especial de tratar de negócios e assuntos de interesse da empresa outorgante, a saber: a) Representá-la junto-aos estabelecimentos bancários

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é obpia fiel do original.

CIO NOTARIA POCURAÇÕES

ADMAR J. MENEZE



FOLHA Nº 105 TRASLADO

### TABELIONATO DE NOTAS DE FLORES DA CUNHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASII (h) (W)

este consultar possíveis débitos e solicitar parcelamento se necessário; f) Participar de licitações, assinar declarações, atas, contratos, elaborar e assinar propostas de preços, ofertar lances verbais, interpor ou desistir de recursos, firmar compromissos ou dar quitações, podendo ainda substabelecer esta a outrem com ou sem reservas de iguais poderes dando tudo por bom, firme e valioso; g) Representar a empresa junto ao Ministério do Trabalho ou qualquer outro Ministério, Secretarias, Departamentos, Institutos, Delegacias, Coordenações, Exatorias, INCRA, INSS, Empresas de Economia Mista, Alfândegas, Juntas Comerciais - podendo este assinar os livros fiscais/contábeis, e alterações contratuais, Inspetorias, Tabelionatos. Registro de Imóveis, Registro Civil de Pessoas Naturais Jurídicas, Prefeituras, Correios e Telégrafos, Indústria e Comércio em geral e onde mais preciso for, tudo requerendo, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses da empresa outorgante, inclusive fazer e assinar a sua declaração do Imposto de Renda; receber as respectivas restituições ou pagamentos; pagar impostos, taxas e demais tributos devidos, bem como contribuições previdenciárias, defende-la em processos fiscais e administrativos; receber e assinar toda a correspondência simples ou registrada, com ou sem valores declarado, importância de vales e reembolsos; h)Representá-la-junto à empresa responsável por emissão de Certificado Digital da empresa, podendo o mesmo renovar o Certificado sempre que necessário; enfim, usar dos mais variados poderes em direito permitidos e indispensáveis ao fiel e completo desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer a outrem para representá-lo. Fica reservado outorgante o direito aò uso simultaneo dos poderes ora conferidos se que por tal ato fique este instrumento revogado (Lavrada

Prefeitura Municipal de Capanema Gertifico que este documento é cópia fiel

1879-5 81 101026



### TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES - EIRELI - EPP ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO Nº 04 CNPJ Nº 17.542.364/0001-04

ROSILENE INES PANAZZOLO FERRAZZO, brasileira, casada, empresária, natural de Antônio Prado - RS, nascida aos 29/09/1957, residente e domiciliada em Caxias do Sul – RS, à Rua 20 de Setembro, nº 1347, Apto 602, Centro, CEP 95020-450 inscrita no CPF/MF sob nº 276,929,490-34, portadora da Carteira Nacional de Habilitação Registro nº 00237671819, expedida pelo DETRAN-RS, Cédula de Identidade RG 6003491591-SSP/PC-RS, Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **TERRA VIVA COMERCIO** REPRESENTAÇÕES – EIRELI – EPP, com sede em Realeza, Paraná, à Av. Ruben Cesar Caselani, nº 1987, Centro, CEP 85770-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.542.364/0001-04, com Ato Constitutivo registrado na Junta Comercial do Paraná, sob NIRE 41600040520, em data de 29/01/2013 e última Alteração de Ato Constitutivo, registrada sob nº de 20146685164, em data de 21/11/2014, resolve por este instrumento particular de alteração, modificar o seu Ato Constitutivo primitivo de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Clausula 1<sup>a</sup>:- Ficam excluídos do objeto social da EIRELI os seguintes ramos; o comércio varejista de animais vivos para criação doméstica – CNAE 4789-0/04; a representação comercial de animais vivos - CNAE 4611-7/00; o comércio varejista de aves vivas - CNAE 4724-5/00; incluídos no objeto social da EIRELI, o ramo de "Comércio atacadista de sementes para lavoura, flores, plantas e gramas - CNAE 4623-1/06: o comércio atacadista de artigos de iluminação- CNAE 4649-4/06; o comércio atacadista de material elétrico em geral - CNAE 4673-7/00; obras de terraplenagem - o aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem - CNAE 4313-4/00: comércio varejista de lubrificantes - CNAE 4732-6/00: comércio atacadista de lubrificantes - 4681-8/05; manutenção e reparação de tratores agrícolas - CNAE 3314-7/12; o fornecimento de máquinas agrícolas com operador - CNAE 0161-0/99; o comércio por atacado de caminhões novos e usados - CNAE 4511-1/04; e, comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho - CNAE 4642-7/02". Em virtude das presentes exclusões e inclusões, a Cláusula 1ª do ato constitutivo passará a ter a seguinte redação: "O objeto social da EIRELI será: o Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo – CNAE 46.83-4-00; o comércio varejista de sementes, mudas, plantas e fertilizantes – CNAE 4789-0-02; a representação comercial de fertilizantes, defensivos e demais insumos agrícolas industriais - CNAE 4612-5/00; o comércio atacadista, importação e exportação de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e suas peças de reposição - CNAE 4661-3-00; a representação comercial de máquinas, equipamentos e implementos agricolas - CNAE 4614-1-00: Serviços de Jardinagem - CNAE 8130-3/00; Comércio atacadista de sementes para lavoura, flores, plantas e gramas - CNAE 4623-1/06; o comércio atacadista de artigos de iluminação- CNAE 4649-4/06; o comércio atacadista de material elétrico em geral -CNAE 4673-7/00; obras de terraplenagem - o aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem - CNAE 4313-4/00; comércio

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 06/06/2016 10:58 SOB Nº 20163003866. PROTOCOLO: 163003866 DE 03/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11600631477. NIRE: 41600040520. TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES - EIRELI - - EPP

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 06/06/2016 www.empresafacil.pr.gov.br



# TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES - EIRELI - EPP ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO Nº 04 CNPJ N° 17.542.364/0001-04

3

4612-5/00; o comércio atacadista, importação e exportação de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas c suas peças de reposição — CNAE 4661-3-00; a representação comercial de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas — CNAE 4614-1-00; Serviços de Jardinagem — CNAE 8130-3/00; Comércio atacadista de sementes para lavoura, flores, plantas e gramas — CNAE 4623-1/06; o comércio atacadista de artigos de iluminação— CNAE 4649-4/06; o comércio atacadista de material elétrico em geral — CNAE 4673-7/00; obras de terraplenagem — o aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem — CNAE 4313-4/00; comércio varejista de lubrificantes — CNAE 4732-6/00; comércio atacadista de lubrificantes - 4681-8/05; manutenção e reparação de tratores agrícolas — CNAE 3314-7/12; o fornecimento de máquinas agrícolas com operador — CNAE 0161-0/99; o comércio por atacado de caminhões novos e usados — CNAE 4511-1/04; e, comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho — CNAE 4642-7/02".

**Cláusula 4**<sup>a</sup>: A EIRELI iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª: A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

Cláusula 6": A administração da Eireli caberá à Titular ROSILENE INES PANAZZOLO FERRAZZO. com os poderes e atribuições de Administradora, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

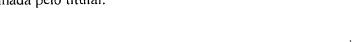
§ 1º - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

Cláusula 7<sup>a</sup>:- A titular da Eireli declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Cláusula 8<sup>a</sup>: Ao término da cada exercício social, cm 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 09<sup>a</sup>: A Eireli poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 06/06/2016 10:58 SOB N° 20163003866. PROTOCOLO: 163003866 DE 03/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11600631477. NIRE: 41600040520. TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES - EIRELI - - EPP

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 06/06/2016 www.empresafacil.pr.gov.br







### ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(\*)

Capanema, 30 de agosto de 2019 Ao Município de Capanema - PR Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 — Centro 85.760-000 — Capanema — PR.

# REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º87/2019 Sr. Pregoeiro,

Pelo presente, declaro que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa ODAIR GRABOSKI - ME cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2019**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, conforme descrição constante no Edital.

Capanema, 30 de agosto de 2019.

OMILE GERROSHI

Odair Graboski RG nº 8.219.749-4 SSP/PR CPF nº 028.455.839-74 Representante legal

17.179.825/0001-18

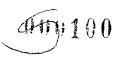
**ODAIR GRABOSKI** 

Rua Oiapós, 725 Bairro São José Operário 85760-000 - CAPANEMA - PR

ODAIR GRABOSKI - ME

CNPJ: 17.179.825/0001-18 Rua Oiapós, nº 725, São José Operário – Capanema/Pr 46 99921-4461 | odagraboski@hotmail.com Oru F





### **ANEXO IV**

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa ODAIR GRABOSKI - ME, CNPJ nº 17.179.825/0001-18 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 87/2019, realizado pelo Município de Capanema – PR.

Capanema, 30 de agosto de 2019.

Odair Graboski

RG nº 8.219.749-4 SSP/PR

CPF nº 028.455.839-74

Representante legal

17.179.825/0001-18

**ODAIR GRABOSKI** 

Rua Oiapós, 725 Bairro São José Operário 85760-000 - CAPANEMA - PR

ODAIR GRABOSKI - ME

CNPJ: 17.179.825/0001-18

Rua Oiapós, nº 725, São José Operário – Capanema/Pr 46 99921-4461 | odagraboski@hotmail.com Orv





### GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

### CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

ODAIR GRABOSKI - ME

Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO

Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

41 8 0136559-1

**CNPJ** 

Data de Arquivamento

do Ato de inscrição

de Atividade

17.179.825/0001-18

19/11/2012

19/11/2012

Data de Início

Endereço Completo (Logradouro, № e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA OIAPOS, 725 - SALA 1, SAO JOSE OPERARIO, CAPANEMA, PR, 85.760-000

Objeto

Atividades paisagísticas:

Comércio varejista de plantas e flores naturais;

Imunização e controle de pragas urbanas;

Limpeza em prédios e em domicílios;

Preparação de canteiro e limpeza de terreno:

Carga e descarga;

Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

Serviços de pintura de edifícios em geral;

Atividades de limpeza;

Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.

Instalação e manutenção elétrica

Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

Serviços de montagem de móveis de qualquer material

Obras de alvenaria

REPARAÇÃO E CONSERTOS DE ARTIGOS DE MADEIRA

REPARAÇÃO E CONSERTO DE FECHADURAS

Capital: R\$

50,000,00

(CINQUENTA MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

(Lei nº 123/2006)

Microempresa

Último Arquivamento

Data: 24/10/2017

Número: 20177308028

Situação da Empresa **REGISTRO ATIVO** 

Ato: ALTERAÇÃO

Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Status

Nome do Empresário

ODAIR GRABOSKI

Identidade: 8.219.749-4.SESP/PR

Estado Civil: Casado

CPF: 028.455.839-74

Regime de Bens: Comunhão Parcial

CURITIBA - PR, 19 de agosto de 2019

19/500073-0

LEANDRO MARCOS RAYSE L BISCAIA SECRETARIO GERÁL

Presidência da República

Documento Assinado Digitalmente 19/08/2019 Junta Comercial do Paraná CNPJ:77.968.170/0001-99





Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMI		N	IRE DA FILIAL (preencher somente			
41801365591 NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abreviaturas)			XXX	<u> </u>		
ODAIR GRABOSKI						
NACIONALIDADE		T 18:	STADO CIVIL			
BRASILEIRA	1	CASADO(A)				
SEXO	casadu)					
Masculino	sculino Comunitão Parcial					
FILHO DE (pai)		(n	nite}			
tadeu graboski			albertina <mark>Grabos</mark> k			
	IDENTIDADE (número)		Orgão emissor	CPF(número)		
23/11/1977	82197494		SESP	028.455.839-74		
EMANCIPADO POR (forma de eroancipação - somente no	caso de menor)					
XXX DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - ma, av. etc)					NUMERO	
RUA TIBIRICA					316	
COMPLEMENTO BAIRRO/D	ISTRITO		Clar	CÓDIGO DO MUNICIPIO (U		
i i	SE OPERARIO		85760-000	005920 - Capanema		
MUNICIPIO				Leader of the second se	UF	
Сарапента					PR	
declara, sob as penas da lei, não estar im	nedido de exercer ativid	lade empresário	า. อและหลือ กอรรมไ อันปรุง คร	eoistro de empresário o	réquer:	
À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO	<u>-: </u>	mae empi esai ii	A JUNTA COMERCIA		indus, i	
	NA VIZVINV					
CODIGO E DESCRIÇÃO DO ATO			CÓDIGO E DESCRIÇÃ	AO DO ATO		
002 - ALTERAÇÃO			XXX			
CALLOS C DECEDICIO DO EVENEO			CÓDIGO E DESCRIÇÃ	LO DO EVENTO		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCI	TTV) NOME UNIDDES AD	HATN	XXX	AO DO EVENTO		
021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCI	TO NONIE BRITTENAN	(IAL)	1^^^			
NOME EMPRESARIAL					TENQUATIRAMENTO	
ODAIR GRABOSKI - ME					ME (Microempresa)	
LOGRADOURO (naley, esc)					NUMERO	
RUA RUA OIAPOS					725	
COMPLEMENTO BAIRROAD	ISTRITO		CEP	CÓDIGO DO MUNICIPIO (L	so da junik Conservial)	
SALA I SAO JO	OSE OPERARIO		85760-000	005920 - Capaneina		
MUNICIPIO		UF	PAIS	CORREIO ELETRÓNICO (E		
Capanema		PR	BRASIL	(revisan73@brturbo,	com.br	
!	O CAPITAL - (por estenso)					
50,000,00 cinquet	ita mil reais					
(CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto  A tivida dos prejegaleticos	" Cambrain	ileta da plantes a flamo uni	hienies Imunización a con-	role do pragas urbanos:	
Athyidade Principal	Advidade Principal Auvidados paisagisticas; Comercio vargista de plantas e flores naturais; infunização e control de pragas urbanas; limbreza de terrapor Carga e descargo. Obras de limbreza de terrapor Carga e descargo. Obras de					
8130300	urbanização - ruas, praç	as e culçadas; So	rviços de pintura de edific	cios em geral; Atividades	de limpeza; Serviços	
1 .	combinados para upoio a edificios, exceto condomínios prediais. Instalação e manutenção elétrica Instalações				létrica Instaluções	
3329501, 4213800, 4311802, 4321500, 4322301, 4330404, 4399103, 4789002,	hidráulicas,					
5212500, 8111700, 8121400, 8122200,				•		
8129000, 9529102, 9529105						
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO O	CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE	OU DE FILIAL DE UF	USO DAJUNTA COMERCIA DI	
19/11/2012	17.179,825/0001-18		GGTRA OF SIRE ANYEROR	·	DEPENDENT FOR THE SIM OVERNAMENTAL 3. NÃO	
DATA ASSINATORA	ASSINATURA DO EMPRESARI	<u></u>				
16/10/2017		9305/1	- Tabelionato d			
PARA USO ENCLUSIVO DA JUNTA COMERCIALI			Capannon	. PQ		
DEFERIDO: PUBLIQUE-SE E	ARAHIMESE	AUTENTIC	STATES ON THE STATE OF			
DELEKTRO: FOREIQUE-SE E	MAZOLY D-SE	AGTENTIC	ΑγΛΟ			
1		Į.	1101111   1110   11			
1		1	1 (89168): 1918 (8)	144 at 11611 1800 8814 9 811 8619 1189	1 (1910 19:19 Batte   B. B. 4(18: 192) 18 18	
			1 (541851 1418 (6)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	PR1170001196751	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Empreso Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028.
PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591.
ODAIR GRABOSKI ME

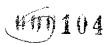
Libertad Bogus SECRETĂRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br oper w





CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br





Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

		u dan kan			£, 0444	te de se de le company	<b>建</b> 对于不是能的形式。		<b>建设。但有可能是各种的新国际工程的证据</b>
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGIST	RO DE EMP	RESA - NIR	DA SEDE		NIRE DA FILIA	(preencher somento	se ato referente a filial)		
41801365591				XXX					
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abro	evintutus)				,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,				
ODAIR GRABOSKI									
NACIONALIDADE				ESTADO CIVIL					
BRASILEIRA				CASADO(A)					
SEXO REGIME DE BENSES C									
Masculino			Comunhão Par						
FILITO DE (pai)	1	(กะลิง)							
tadeu graboski						A GRABOSKI			
NASCIDO EM (data de nascimento)	1	DESTIDAD			Orgão emis	or	UF	1	(núnsero)
23/11/1977		8219749			SESP PR			0.	28.455.839-74
EMANCIPADO POR (forma de emancipação -	aumente no c	nso de meno	3						ł
XXX		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·							
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - ma, a	v, etc)		-					- 1	OMERO
RUA TIBIRIÇA									316
COMPLEMENTO	BARROON	STRITO			CE		CÓDIGO DO MUNICIP	44 Villa 1912 16 Co.	
CASA	SAO JO	SE OPE	RARIO		85760-0	00	005920 - Capane	為自然的政策等的	
MUNICIPIÙ								1	P.
Capanema									PR
declara, sob as penas da let, não	estar im	pedido d	exercer ativi	dade empresár	ia, que não	ossui outro re	gistro de empresár	lo e requ	er:
A JUNTA COMERCIAL DO EST						A COMERCIAI			
		- 1 - 11(11)	· ·	<del> </del>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO AT	O					E DESCRIÇÃ	0 DO ATO		
002 - ALTERAÇÃO					XXX				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EV	/ENTO				CÓDIG	DE DESCRIÇÃ	O DO EVENTO		
021 (1) ALTERAÇÃO DE DADO	OS (EXCE	TO NON	IE EMPRESAI	RIAL)	XXX				
NOME EMPRESABLAL								1	NQUADRAMENTO
ODAIR GRABOSKI - ME								- 1	ME (Microempresa)
LOGRADOURO (majev, etc)	LÖGRADOURO Ing.ev. etc1 Número				IÚMERO				
RUA RUA OIAPOS								1.	725
COMPLEMENTO	BAIRROD				CEI,		CÓDIGO DO MUNICII	100 10 17 10 1	unte Comercial)
SALA I	SAO JO	OSE OPE	RARIO		85760-	000	■ Control of the Control of Control of the Cont		
MUNICIPIO				UF		PAIS	CORREIO ELETRONI	CO (E-MAIL	.)
Capanema				PR		BRASIL	trevisan73@brtt	nbo.com.	br
VALUE DO CAPITAL - RS	ļ		(por extenso)						
50.000,00	1 '	nta mil rea							
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA		Descrição do							*
(CNAE Fiscal) Attendade Principal	1	sanitāria	s e de gás Serv	viços de montag	em de môvei	s de qualquer m	aterial Obras de alv	enaria RE	EPARAÇÃO E
8130300		CONSE	RTOS DE AR	TIGOS DE MA	DEIRA REF	ARAÇÃO E CO	ONSERTO DE FEC	HADUR	AS
Attvidade Secundária	1								
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES			DE INSCRIÇÃO NO	CNPI		RENCIA DE SEDE C ENIRE ANTERIOR	OU DE FILIAL DE	UF I	USO DA JUNTA COMERCIAL DEFINIDENTE DE 1 - SIM - 1 - SIM
19/11/2012		17.179.	825/0001-18					14	OVERNAMENTAL 13 NÃO
DATA ASSINATURA		ASSEMATE	ra do empresai	RIO	1	bellonato de Notas	<u> </u>		
16/10/2017	(	(A)		1305 \	· \_	Capanema - PR	•		
	ellere vereskalere	1 127-		<u> </u>	Survey survey of the American American	Control Street Street Street Street Street	1	is the least	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COM	(F) 1200 (F) 12 (A)		alaha Futba			李色面机清梯		ne de la company	
DEFERIDO, PUBLIQ	UE-SE E	ARQUIV	E-SE	AUTENTI	CAÇÃO				
				1		1 (00)110 (0)[0 10]	h <b>ad</b> hadalarda digin kalalada	TI 118 BI 11818	(4))
	·			}					
1	1						ND 81 11 181 18 81 8 8 111 8 8 111 1		
1								PF	1170001196751
! L		000 and 0 1.07	make the contractor com	Annual management was the		Care a como al meneros repensos de mercanos	was a consequence of the color of the color	el colore de la	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi genado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br



SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA Rua Alagoas; 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000 © (46) 3552-3710

Selo Digital: 41km2 patry AEUEX, Controle: WYEOC Rigat-Consulte esse selo em !ttp:\\funarpen.com br Reconheço por VERPADEIRA a assinatura indicada de ODAIR GRABOSKI. Dou 16. Capanema-PR, 16 de outubro de 2017.

Em Test

da Verdade.

Daniela Ribeiro do Carmo Escrevente /





CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 02 109 12019

REGISTRO 8.219.749-4	DATA DE 29/09/1997
NOME DOATR GRABOSKI	
EIETAÇAQ	
TADEU GRABOSKI ALBERTINA GRABOSKI	
ALUCATION GRADUAL	
PLANALTO/PR	DATA DENAS GIMENTO 23/11/1977
COMARCA=CAPANEMA/PR,DA	
C. MASC 1024, LTVRO=13A, FOLHA=122	1 1 ,
CPR COLUMN TO THE COLUMN TO TH	DAG RICARDS KERES NORONHA
CURTTIBA - PR ASSINATURA DO DIREI	MORONHA

MN

W

# **PROPOSTAS**

# EMPRESAS TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP ODAIR GRABOSKI - ME

### Município de Capanema

Pregão 88/2019

### PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 17.179.825/0001-18

Fornecedor: ODAIR GRABOSKI - ME

E-mail: contabilidade.aliancajin@gmail.com

Endereço: RUA OIA PÓS 725 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO - Capanema/PR - CEP 85760-000

Telefone:

Fax:

Celular: 46 99921-4461

Inscrição Estadual: 9070967003

Contador: JULIANO JOSÉ NIENDICKER

Telefone contador: 46 3552-1182

Representante: ODAIR GRABOSKI

CPF: 028,455,839-74

RG: 82197494

Telefone representante: 46 3552-1182

Endereço representante: RUA OIAPOS 725 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO - Capanema/PR - CEP 85760-000

Banco: 756 - BANCOOB

E-mail representante: contabilidade.aliancajin@gmail.com

001 LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER

Agência: 4342-7 - SICOOB - Capanema/PR

Conta: 6920-5

Data de abertura:

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Preco Unitário

Lote: 001 Lote 001

Nº Item Descrição do Produto / Serviço

Qtde.

4.000.00

Unid. M2

Preço Máximo Marca 12,50 ODAIR GRABOSKI - ME

Modelo

ODAIR GRABOSKI - ME

12,25

Preço Total 49.000.00

PREÇO TOTAL DO LOTE:

49.000,00

TOTAL DAPROPOSTA:

49.000.00

Validade da proposta: 365 dias

WARE GOSSISHI

ODAIR GRABOSKI - ME CNPJ: 17.179.825/0001-18

T<sub>17.179.825/0001-18</sub>

ODAIR GRABOSKI

Rua Oiapós, 725 Bairro São José Operário 85760-000 - CAPANEMA -







# Município de Capanema

Pregão 88/2019

# PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 17.542.364/0001-04

Fornecedor: Terra Viva Comércio e Representações Erreli Epp

Endereço representante: Av. Rubens Cesar Caselani 1987 - Centro - Realeza/PR - CEP 85770-000

001 LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER

E-mail: joaoterraviva@gmail.com

Celular: (46)9975-0036

Endereço: Av. Rubens Cesar Caselani 1987 - Centro - Realeza/PR - CEP 85770-000

Telefone: (46)3543-2815 Fax:

Inscrição Estadual: 9062028243

Contador: Valdir Antonio Pavanello

**Telefone contador:** (46)3543-1270

Representante: João Batista Panazzolo

CPF: 444.590.410-49

RG: 6036164272

Telefone representante: (46)3543-2815

E-mail representante: joaoterraviva@gmail.com

Banco: 109 - CREDIBANCO

Agência: 738 - Sicred - Realeza/PR

Conta: 62000-9

Data de abertura:

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote: 001

Nº item Descrição do Produto / Serviço

4.000,00

M2

Unid.

Preco Máximo Marda 12,50 Cherlotto Modelo Esmeralda Preço Unitário

Preço Total

12.50

50,000,00

PRECO TOTAL DO LOTE:

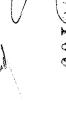
50.000,00 50.000,00

TOTAL DA PROPOSTA:

Validade da proposta: 365 dias

Terra Viva Comércio e Representações Ereli Epp

CNPJ: 17.542.364/0001-04





Terra Viva Comercio e Representações Avenida Rubens Cesar Caselani, 1987 - Centro

Fone: (46) 3543-2815

CNPJ: 17.542.364/0001-04

IE: 9062028243

CEP: 85770-000 REALEZA - PR

joaoterraviva@gmail.com

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Validade da Proposta: 11.3. As propostas terão validade de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do dia da licitação.

Prazo de Entrega: 23.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar a grama solicitada em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem 23.2.

Dados Bancários:

Banco: Sicred Agencia: 0738

Conta Corrente: 62.000-9

Realeza, PR 02 de setembro de 2019.

Terra Viva Comércio e Representações Eireli Epp

CNPJ nº. 17.542.364/0001-04 João Batista Panazzolo

CPF: 444.590.410-49 RG: 6036164272 SSPRS Gerente/Procurador

CMP 170-000 A CONTROL OF THE REPORT OF THE R

Dra

 $\bigvee$ 

# **HABILITAÇÃO**

EMPRESA
ODAIR GRABOSKI - ME



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO Departamento Nacional de Registro do Comércio NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE NIRE DA FILIA', (preencher somente se ato referente a filial) 4180136559-1 NOME DO EMPRESÁRIO (complete som abreviaturas) ODATR GRABOSKI NACIONALIDADE ESTADO CIVIL Casado (a) BRASILEIRA REGIME DE BENS (se casado) M区 F Comunhão parcial Fit 140 OF (pai) (måe) TALIU GRABOSKI ALBERTINA GRABOSKI IDENTIDADE número Órgān emisso CPF (numero) NASCIDO EM (data de nascimiento) 028.455.839-74 23-11-1977 8.219.749-4 SESP PR EMANCIPADO POR (forma de omancipação - somente no caso de menor) DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, ev. etc.) NÚMERO 316 RUA TIBIRICA CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) COMPLEMENTO BAIRRO / DISTRITO 85760-000 SÃO JOSE OPERARIO CASA MUNICÍPIO PR CAPANEMA declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de mpresário e reguer à Junta Comercial do ESTADO DO PARANÁ: OFA OU ODIGO DESCRIÇÃO DO ATO CODIGO DO EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO 002 ALTERAÇÃO ALT. DADOS E DE NOME EMPRES 022 CÓDIGO DO EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO CÓDIGO DO EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO NOME MPRESARIAL ODATE GRABOSKI ME LOGRADOURO (nia, av. etc.) RHA TERERICA CÓDIGO DO MUNICÍPIO COMPLEMENTO BAIRRO / DISTRITO SÃO JOSÉ OPERÁRIO 85760-000 CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) MUNICIPID PAIS CAPANEMA PRBRASIL VALOR DO CAPITAL - R\$ VALOR DO CAPITAL (por extenso) 50.000,00 CINQUENTA MIL REATS Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel CÓDIGO DE ATIVIDADE DESCRIÇÃO DO OBJETO do original. (CNAE Fiscal) Atividade pensanal ATIVIDADES PAISACISTICAS. Capanema 8130-3/00 Alividades secundárias COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS 4789-0/02 IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS. 8122-2/00

DATA DE INÍCIO DAS ATMINADES: NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNITU

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DU DE FILIAL DE OUT RANGE AU LA COMPTANTA PROPERTIES DE COMPTANTA DE COMPT

19-11-2012

17,179,825/0001-18

ÇIATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO r pelo representado/assistente/gerente

ASSINATURA

14-01-2013

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

**DEFERIDO** 

PUBLIQUE; SE EXRQUIVE-SE

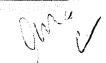
Carla E. F. Lucatelli RG 3.463.294-4 / PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/01/2013 SOB NÚMERO: 20130373656 Protocolo: 13/037365-6, DE 15/01/2013

Empresa:41 8 0136559 1

ODAIR GPABOSKI ME.

SEBASTIÃO MOTTA SECRETARIO GERAL



# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO 11111113

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	41801	36559-1	NIRE I	OA FILIAL (preencher:	somente se ato ro	forente a filial)	NA A	DO PARANA
NOME DO EMPRESARIO (CO) ODATR GRABOS		aras)					<u>ن</u>	ENCIA PEQUA
nacionalidade BRASTLEIRA			ESTA	OO GIVIL		Casado (	a) /	
sexo M⊠ F□	REGIME DE BE	NS (so casado) ão parcial						
randor (sa) TADE: CRASOS	SKI		(måe) [7,1],1	BERTINA C	GRABOSK	1.	-	CANENA P.
RASCIDO EM alata de nascan	(P11(1))	DENTERADE memero 8.219.749-4	(ugāc	ernson SESF		UF PR	CPF (nóm	
EMANCIPADO POR (forma de	emaniqueção — so	mente no caso de menor)					1	
	RADOLIRO ~ 198, 1	(V, GlG <sub>c</sub> )	AT MANUFACTURE OF THE SAME	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				NÚMERO
RUA TIBIRICA	./			· concommentation - againg minimum on a material and agreement materials and				316
CAUA CAUA		BARROZDISTRITO SÃO JOSE OPERARIO	()			85760	-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
MUNICIPIO - CAPANEMA				The state of the s	ALL A MANAGEMENT CONTINUES AND ARREST MANAGEMENT	The second secon	M. C.	UF PR
		lei, não estar impedido de nta Comercial do ESTADO			empresár	ria, que nã	o poss	ui outro registro de
TODIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO			DIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO D	O EVENTO		The second section of the sect
002	ALTERA			022			DE NO	ME EMPRES
CÓDIGO DA EVENTO	DESCRIÇÃO D	ОГИЭУЭС	60	DIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO D	O EVENTO	a hann aring galakan saar an asaar P	
NOME EMPRESARIAL		mandarum takki samun ang mini takki samun manama sa para manama sa	i	en er	ļ	and the second s	and the second s	COMMUNICATION CONTRACTOR CONTRACT
OPATR GRABOS	SKI ME							
At (% DOURO (na. av. etc.)		мастинический метрина и м		· ····································				NÚMERO
RUA TIBIRICA	V.							316
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO		Account of the second of the s	the second comment of the second comment of the second company	CEP		CÓDIGO DO MUNICÍPIO
,		SÃO JOSÉ OPERÁRIO	0			85760	-000	(Uso da Junta Comercial)
MUNICIPIO CAPANEMA	The second section of the sect		UF P	PAÍS R   BRASIL		CORREIO ELETI	RÓNICO [E-I	MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$	acture i destruit de l'acque de l'acque de 1991 gar de perso	VALOR DO CAPITAL (por extenso)			and the second s		mirroren de la companya de la compa	and the second of the season of the second of the second of the second second second second second second second
50.00		CINQUENTA MIL REA	ATS	Prefeite	ero se	cipal de C		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DO OBJETO		Certifico	oue esta.	cibal de C	apans	2009
(CNAE Fiscal) Abvidado principal					·	documento	é cópia	: fiel
8130-3/00	ATIVI	DADES PAISAGISTICAS.	_	Capanen	na,	0,09	. In 1 5	7
lividades socundárias	COMÉR	CIO VAREJISTA DE PLA	2ATM	E ELORES	12/11/12	- Li		-
4789-0/02	1	ZAÇÃO E CONTROLE DE				7	Contract of the last of the la	Ellery
8122-2/00		111 125 165 11 692 14 1 1268 1 HB 1 1812	1 1773/11	10 OLVINERAS	10).	/		
		,				Ç		Meditification of the state of
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDA	ADES N	ÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRAN	SFERÈNCIA DE SEDI	E OU DE FILIAL D	DE OUTRA UF	D(	JUSTO ASTA PROMERCIAL
19-11-20	***	17.179.825/0001-18		anterior			يسم	DEPCINDENTE DE 1. SIM OTORIZAÇÃO 3. NÃO 3. NÃO
A CLIN	O EMPRESARIO	ou, pela reprezionanturissistente/gerente)					[F]	
DATA DA ASSINATURA 14-01-20	11.3	SINATURA DO EMPRESÁRIO	الراغ العراب	THE RESERVE OF THE PROPERTY OF	A MILLER OF PAPERS AND MANAGEMENT OF STREET STATE AND STREET STATE AND STREET STATE AND STREET STATE AND STREET			2000年
PARA USO EXCLU	L AG OVISL	DATA GRAZA	Dinio N Describer		in in the same of			
DEFERIDO.	***		en andreas de la	THE RELEASE OF THE RESIDENCE	الولغالة ( وال معاملة الماد	بسائب شربيه ومختلفي	10%	
PUBLIQUE SE E A	RDUIVE-SE	INT.	TA COM	ERCIAL DO P	ARANA	Δ	1	MINA.
长过来	ione s		IFICO O F	GIONAL DE ( REGISTRO EM:	18/01/2	2013 //	j.	
1600		SOB N	NIMERO:	201303736 037365-6, DE	56	Vr	notto.	: 46
	F. Luca	Empresa:41 8	3 013655	9 1	in the state of	ÃO MOTTA		
RG 3.46	3.294-4/	ODAIR GRABOSKI	I ME			ARIO GERAL		
	<u> </u>							アノ



#### Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração

# WW 114

# REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

HÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGIST	RO DE EM	PRESA - NIRE DA SEDE	INI	RE DA FILIAL (prevneher	somente se ato refere	este a filial)	Section 1990 in the Section of the Section 1992 in the Section 199
41801365591				СХХ		•	!
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abo	eviaturus)						
ODAIR GRABOSKI			,				
NACIONALIDADE			ES	TADO CIVIL			
BRASILEIRA				CASADO(A)			
SENO		REGIME DE BENSIK					
Masculino		Comunhão Parc	sia!				
ESLHO DE (paí)			1	áe)			
iadeu graboski				ALBERTINA GRAI	BOSKI		
NASCIDO EM (data de nascimento)		IDENTIDADE (número)		Čirgão emissor		UF 1	CPFinumero)
23/11/1977		82197494		SESP		PR	028.455.839-74
EMANCIPADO POR (forma de emanelpação -	somente no	caso de menor)					
XXX							
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - nui, a	v, etc)						NÚMERO
RUA TIBIRIÇA							316
COMPLEMENTO	BAHROD			CUP			Uso da junta Consercial)
CASA	SAO JO	DSE OPERARIO		85760-000	00592	) - Capanema	
MUNICIPO							UF
Capanema							PR
declara, sob as penas da lei, não	estar in	ipedido de exercer ativio	lade empresária	, que não possul ou	tro registro de	empresário e	requer;
À JUNTA COMERCIAL DO EST			1	A JUNTA COME			
		MANAL					
CODIGO E DESCRIÇÃO DO AT	O			CÓDIGO E DESC	RIÇÃO DO AT	Ю	
002 - ALTERAÇÃO				XXX			
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EV				CÓDIGO E DESC	CRIÇÃO DO E	/ENTO	
021 (1) ALTERAÇÃO DE DADO	os (exc	ETO NOME EMPRESAF	RIALI	XXX			
				<u> </u>			
NOME EMPRESARIAL							ENQUADRAMENTO
ODAIR GRABOSKI - ME							ME (Microempresa)
PGRADQURO (rim,ev, etc)							NÚMERO
RUA RUA OIAPOS							725
COMPLEMENTO	DAIRRO/E			CEP			Uso da junta Comercial):
SALA I	SAO J	OSE OPERARIO		85760-000	00592	0 - Capanema	
MUNICIPIO			UF	PAÍS	I	DELETRÔNICO (	
Capanema			PR	BRASII	_ trevisa	in73@brturbo	.com.br
VALOR DO CAPITAL - RS	VALOR D	O CAPITAL - (por extensu)					
50.000,00	cinque	nta mil reais					
CÓUIGO DE ATIVIDADE ECONÔNICA (CNAI; Fiscal)		Descrição do Objeto					
Atividade Principal		Atividades paisagisticas					
8130300		Limpeza em prédios e e urbanização - ruas, praç					
Atividade Secundária		combinados para apoio					
3329501, 4213800, 4311802, 433	21500,	hidráulicas,	a edificios, exce	o condominios pred	mis. Historiação i	s mannenyao	cicinea insiaiayoos
4322301, 4330404, 4399103, 478	89002,						
5212500, 8111700, 8121400, 813	22200,						
8129000, 9529102, 9529105					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO	CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE OUTRA UF NIRE ANT		LDE UF	USO DA JUNTA COMERCIAL); **    DEFENDIANS DE
19/11/2012		17.179.825/0001-18					DESENDENTS DE L'SIM
DATA ASSINATURA		ASSINATURA DO EMPRESAR	16	<u> </u>			
16/10/2017		BALL 62		Tabelic	onsto de Notas		
	Congression	IEHNE CO	クシノンバ	Can	nname . PR	miderset grandleskitomenad	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COM	Print 12 - C-12 - 2011	Corio Carl Probatili, Filippi		Section Name	in (Plan 19 gyarini Par		
DEFERIDO, PÚBLIQ	UE-SE E	ARQUIVE-SE	AUTENTIC	AÇÃO			
				11111111	10110 Not 11000 Not 11000		THE CHANGE TRACE BEING CONTROL DESCRIPTION OF THE
			1				
/	1			1 11 11 11 11	1811   181   188	##JJJ ##JJJ ##JJJ   JJJ	
							PR1170001196751
AND	aud comments		TO SECURITION AND A SECURITION OF THE SECURITION	To the Continue of the State of	STATE IN ANGLE PROTECTION OF THE STATE OF TH	Visional and the street of the	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no pottal Empresa Fácil Parana



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br









CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br

Vino





Secretaria da Micro e Pequena Empresa Secretaria da Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial o Integração

#### REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

			Section (Sh	artic na anni	targresari 🗎			<b>医院的态度实验的现在分</b> 别
NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO				NIRE DA FILIAL		se ato referente a filial)		
41801365591				XXX		<u> </u>		
NOME DO EMPRESARIO (completo, tem abrevi	iaturas)				,	•		
ODAIR GRABOŠKI			<del></del>	ESTADO CIVIL				
NACIONALIDADE			ľ	CASADO(A)				
BRASILEIRA sexo		REGINE DE BENS(se	- mendal	- CA3ADO(,-	<u>,                                      </u>			
Masculino		Comunhão Paro						
FILITO DE (pai)				(máe)				
taden graboski			ļ	ALBERTIN	A GRABOSK	!		
NASCIDO EM (daja de nascimento)	DESTID	DE (número)		Orgão emisso	r	UF	Ci	PF(número)
23/11/1977	82197-	94		SESP		PR	- 10	028.455.839-74
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - su	anente no caso de me	nor)						
XXX								
DOMETLIADO NA ILOGRADOURO - ma, ay,	ete)							NUMERO
RUA TIBIRIÇA								316
,	AIRRO/DISTRITO			CEP		CÓDIGO DO MUNICIPI	Experience and the second	
I	SAO JOSE OP	ERARIO		85760-0	00	005920 - Enpane	Street Street Condition	
MUNICIPIO								UF TO
Capanema								PR
declara, sob as penas da lei, não e	estar impedido	de exercer ativid	lade empresár	ia, que não p	ossui outro re	gistro de empresári	o e req	uer:
Á JUNTA COMERCIAL DO ESTA	ADO DO PARA	NÁ		À JUNTA	COMERCIA	L DO XXX		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	`			CODIGO	E DESCRIÇÃ	O DO ATO		
002 - ALTERAÇÃO	•			XXX	DDGGGGG	10 00 7(10		
1002 - AETERAÇÃO				7777				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVE	OTK			CÓDIGO	E DESCRICA	O DO EVENTO		
021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS		ME EMPRESAR	UAL)	XXX	a socionity.			
	(13.11.21.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.			1.0.0.				
NOME EMPRESARIAL								ENQUAGRAMENTO
ODAIR GRABOSKI - ME							- 1	ME (Microempresa)
LOGRADOURO (maley, etc)								NÚMERO
RUA RUA OIAPOS							1	725
COMPLEMENTO	MARRO/DISTRITO			CEP	····	CODIGO DO MUNICIP	IO (Uso di	i junța Co(nerciai)
1	SAO JOSE OP	ERARIO		85760-0		005920 - Capane		
MUNICIPO			I, IF	]	AIS	CORREIO ELETRÓNIC		
Capanema			PR		BRASIL	trevisan73@brtu	rbo.com	ı.br
:	VALOR DO CAPITA							
) · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	cinquenta mil r					<del></del>		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Desarição	-	iaaa da manta-	am da nakeeste	da analance -	interial Obera da also	maria D	EDADAÇÃO E
Atividade Principal						iaterial Obras de alve ONSERTO DE FEC		
8130300								
Atistilade Secondária	1							
1	1							
DATA DE INICIO DAS ATTVIDADES	NUMERO	DE INSCRIÇÃO NO O	CNPI				ijŗ	USO DA JUNTA COMERCIAL
19/11/2012	17.17	0.825/0001-18		OUTRA OF	NIRE ANTERIOR			DDIPENDENTE DE LOSIM LOCOVERNAMONAL IN 31 NÃO
				1				CONTRACTOR = 13- NÃO
DATA ASSINATURA	ASSINAT	URA DO EMPRESAR		, \ (80	ellonato de Nota epanema - PR	5		· <del>-</del> ····
16/10/2017	1( )対	716 019	<u> </u>	1. V		<u> </u>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COME						A Paper Language		
DEFERIDO, PUBLIQUI	E-SE E ARQUI	VE-SE	AUTENTI	CAÇÃO				
						 		N 1818N ATAW AT REF BURET TO DISCRET
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·							
	. many Art de management				r (\$1188) (1932   \$1	NAME OR OF STREET OF STREET STREET		
							13	R1170001196751

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br





# SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000

雷 (46) <del>355</del>2-3710

Selo Digital: 41km2:p3TFy.AEurX. Controle: WYEoC.RrQaf Consulte esse selo en http://www.pen.com.br Reconheço por VERPADEIRA a assinature indicada de ODAIR GRABOSKI, Dou fé. Capaneme-PR, 16 de outubro de 2017.

da Verdade. Em Test

Daniela Ribeiro do Carmo / Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/10/2017 16:02 SOB N° 20177308028. PROTOCOLO: 177308028 DE 20/10/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11704138597. NIRE: 41801365591. ODAIR GRABOSKI ME

> Libertad Bogus SECRETÁRIA-GERAL CURITIBA, 24/10/2017 www.empresafacil.pr.gov.br

A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O



## GOVERNO DO PARANÁ SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

#### CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

**ODAIR GRABOSKI - ME** 

Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO

Número de Identificação do Registro de

Empresas - NIRE (Sede)

41 8 0136559-1

CNPJ

Data de Arquivamento do Ato de inscrição 19/11/2012

Data de Início de Atividade 19/11/2012

17.179.825/0001-18

RUA OJAPOS, 725 - SALA 1, SAO JOSE OPERARIO, CAPANEMA, PR, 85.760-000

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

Objeto

Atividades paisagísticas;

Comércio varejista de plantas e flores naturais;

Imunização e controle de pragas urbanas:

Limpeza em prédios e em domicílios;

Preparação de canteiro e limpeza de terreno;

Carga e descarga:

Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

Serviços de pintura de edifícios em geral;

Atividades de limpeza:

Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais.

Instalação e manutenção elétrica

Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

Serviços de montagem de móveis de qualquer material

Obras de alvenaria

REPARAÇÃO E CONSERTOS DE ARTIGOS DE MADEIRA

REPARAÇÃO E CONSERTO DE FECHADURAS

Capital: R\$

50.000,00

(CINQUENTA MIL REALS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

> Microempresa Situação da Empresa

Último Arquivamento

Data: 24/10/2017

Número: 20177308028

**REGISTRO ATIVO** Status

Ato: ALTERAÇÃO Evento (s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESABIAL)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Empresário **ODAIR GRABOSKI** 

Identidade: 8.219.749-4, SESP/PR

Estado Civil: Casado

CPF: 028.455.839-74

Regime de Bens: Comunhão Parcial

CURITIBA - P点, 19 de agosto de 2019

19/500073-0

LEANDRO MARCÒS RAYSEL BISCAIA SECRETARIO GERAL

Presidência da República Casa Civil ovisória Nº 2.200-2. de 24 de agosto de 2001

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



#### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

\$ <b>@</b> \$	REPÚBLICA FEDER. ADASTRO NACIONAL I							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.179.825/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		SITUAÇÃO	19/11/2012	IRA			
NOME EMPRESARIAL ODAIR GRABOSKI								
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  G P S - GRABOSKI PRESTADORA DE SERVICOS  PORTE ME								
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDAD 81.30-3-00 - Atividades pais								
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 95.29-1-02 - Chaveiros 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 52.12-5-00 - Carga e descarga								
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZ 213-5 - Empresário (Individu					<u> </u>			
R RUA OIAPOS		NÚMERO 725	SALA 1	)				
1	RRO/DISTRITO O JOSE OPERARIO	MUNICÍPIO CAPANEMA			UF PR			
ENDEREÇO ELETRÔNICO odagraboski@hotmail.com	f	TELEFONE (46) 9921-44	61					
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (	(EFR)							
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				OATA DA SITUAÇÃO O 19/11/2012	CADASTRAL			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				<del></del>				
SITUAÇÃO ESPECIAL				DATA DA SÍTUAÇÃO E ******	SPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/08/2019 às 09:58:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

J

Will.



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ODAIR GRABOSKI CNPJ: 17.179.825/0001-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:13:30 do dia 15/08/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até ∕11/02/2020.

Código de controle da certidão: B3EE.066C.6C39.850B Qualquer resura ou emenda invalidará este documento.

of V







# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.179

17.179,825/0001-18

Enderson

Razão Social:ODAIR GRABOSKI

Endereço:

R RUA OIAPOS 725 SALA 1 / SAO JOSE OPERARIO / CAPANEMA / PR /

85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS

Validade: 15/08/2019 a(13/09/2019

Certificação Número: 2019081504453725032205

Informação obtida em 16/08/2019 10:00:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Mas



# Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



# Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 020437190-05

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 17.179.825/0001-18

Nome: ODAIR GRABOSKI ME

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/12/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br

# Município de Capanema SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

# CERTIDÃO NEGATIVA

**IMPORTANTE:** 

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 15/10/2019, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

**NEGATIVA Nº: 5004/2019** 

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QET2544MCUE2

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: ODAIR GRABOSKI - ME

Inscrição Municipal

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

36081

17.179.825/0001-18

165

**ENDEREÇO** 

R OIAPOS, 725 - SALA 1 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR CNAE / ATIVIDADES

Atividades paisagísticas, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Serviços de pintura de edificios em geral, Comércio varejista de plantas e flores naturais, Carga e descarga, erviços combinados para apoio a edificios, exceto condomínios prediais, Limpeza em prédios e em domicílios, Imunização e controle de pragas urbanas, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente, Serviços de montagem de móveis de qualquer material, Instalação e manutenção elétrica, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Obras de alvenaria, Chaveiros, Reparação de artigos do mobiliário

Certidão emitida no dia Capanema, 16 de Agosto de 2019. CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QET2544MCUE2

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CAPANEMA



CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA № 1212 - CENTRO CAPANEMA/PR - 85760000 TITULAR
DIRCE STEVENS FACCIO
JURAMENTADOS
VITOR HUGO PAGNO
PATRICIA MICHELA THIESEN

# Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL, FAMÍLIA, Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

### ODAIR GRABOSKI ME

CNPJ 17.179.825/0001-18, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 02 de Julho de 2019, 16:34:29

PATRICIA MICHELA THIESEN

PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Comarca de Capanema - Estado do Paraná Av. Tarigot de Sauza, 1212

Cartório do Concidor, Distribuidor, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial
CNPJ 01.259.161/0001-87
Dirce Stevens Faccio - Titular

Custas = R\$ 47,57 Página 0001/0001 Criação da Comarca 29.11.1967 Kar



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ODAIR GRABOSKI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 17.179.825/0001-18

Certidão nº: 180322639/2019

Expedição: /16/08/201/9, às 10:04:04

Validade: 11/02/2020' - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **ODAIR GRABOSKI**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°
17.179.825/0001-18, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

RV





# ANEXO - III Modelo de Declaração Unificada

Á pregoeira e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná PREGÃO PRESENCIAL № 87/2019

Pelo presente instrumento, a empresa ODAIR GRABOSKI — ME, CNPJ nº 17.179.825/0001-18, com sede na Rua Oiapós, nº 725, bairro São José Operário na cidade de Capanema-PR, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr. Odair Graboski, Portador do RG sob nº 8.219.749-4 e CPF nº 028.455.839-74, cuja função/cargo é sócio administrador, responsável pela assinatura do Contrato.

Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal)

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:** odagraboski@hotmail.com

Telefone: (46) 99921-4461

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

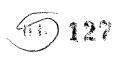
Nomeamos e constituímos o senhor Odair Graboski, portador do CPF/MF sob n.º 028.455.839-74, para ser o responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Presencial n.º 87/2019 e todos os atos necessários ao

ODAIR GRABOSKI – ME

CNPJ: 17.179.825/0001-18 Rua Oiapós, nº 725, São José Operário – Capanema/Pr 46 99921-4461 | odagraboski@hotmail.com







cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Capanema, 30 de agosto de 2019.

DAIR 689305MC Odair Graboski

Odair Graboski RG nº 8.219.749-4 SSP/PR CPF nº 028.455.839-74 Representante legal

17.179.825/0001-18

**ODAIR GRABOSKI** 

Rua Oiapós, 725 Bairro São José Operário 85760-000 - CAPANEMA - PR

ODAIR GRABOSKI – ME

CNPJ: 17.179.825/0001-18 Rua Oiapós, nº 725, São José Operário – Capanema/Pr 46 99921-4461 | odagraboski@hotmail.com





#### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 114143/2019

Validade: 23/02/2020

Nome Civil: JOSIEL LANGE

Carteira - CREA-PR Nº : PR-134544/D Registro Nacional: 1712527835 Registrado(a) desde: 07/10/2013

Filiação: JOSÉ CARLOS LANGE NO ELI LANGE Data de Nascimento: 30/04/1991 Carteira de Identidade : 9.845.610-4 Naturalidade: CAPANEMA/PR

CPF: 07440985990

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO

FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS

Data da Colação de Grau : 10/04/2018

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 6º de 12/10/1933

Observações: Incisos a até h, l, p, q, r, t

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 7º de 12/10/1933

Observações: Incisos a, b, e, g

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º de 11/12/1933

Observações: Parágrafo único, alíneas a até e

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º de 29/06/1973 do CONFEA.

Título: TECNICO EM AGROPECUARIA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - DOIS VIZINHOS

Data da Colação de Grau: 12/06/2013

Diplomação: 12/06/2013

Diplomação: 12/04/2018

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Atribuições previstas na Lei N.º 5.524/1968, regulamentada pelo Decreto N.º 90.922/1985 em seus artigos 3º, 6º e 7º, com as alterações dadas pelo Decreto N.º 4.560/2002, limitadas de acordo com a compatibilidade da respectiva área de formação profissional e respeitados os limites da área de sua formação e qualificação técnica. de 30/12/1899

Observações: Por força de sentença do Mandado de Segurança Coletivo 2006.34.00.026625-8, julgado pelo TRF 1ª Região e transitado em julgado em 22/02/2012, as atribuições foram concedidas sem análise curricular.

Atribuição do artigo 2º, inciso IV da Lei nº 5.524/1968 e inciso XIX do artigo 6º do Decreto nº 4.560/2002, concernentes a atividade de prescrição de receituário agronômico, concedida por força da decisão do Superior Tribunal de Justiça, referente ao Recurso Especial nº 605.819-PR (2003/0190982-0) e da decisão da Juíza Federal Substituta Soraia Túlio (declarada e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da Quarta

Regiā os Autos nº 97.00.05674-0. de 30/12/2002

Os técnicos agrícolas de todas as especialidades ficam impedidos de assumir a assistência e responsabilidade técnica de emplesas que exerçam as atividades de comércio e armazenamento de agrotóxicos, por força da decisão transitada em julgado provido pelo TRF da 4ª Região, proferida na ação nº 5004485-04.2013.404.7000/PR, a partir de maio de 2016, em caráter definitivo. de 15/10/2014

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

60312 - JOSIEL LANGE - ME

Desde: 05/02/2016 Carga Horária: 8 Horas Unidade: HORA/DIA

59848 - ODAIR GRABOSKI - ME

Desde: 20/02/2019 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019. Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: CADASTRO

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 315772/2019.

Emitida via Internet em 27/08/2019 20:13:56

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço № 002/2014. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.







#### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná-circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 108802/2019 ·

Validade: 01/02/2020

**CEP:** 85760000

Razão Social: ODAIR GRABOSKI - ME

**CNPJ:** 17179825000118 **Num. Registro:** 59848

Registrada desde: 19/10/2015

Capital Social: R\$ 50.000,00 Endereço: RUA OIAPOS, 725 SALA 1 SÃO JOSÉ OPERÁRIO

Endereço: RUA UIAPUS, 725 SALA I SAU JUSE UPERARIC

Município/Estado: CAPANEMA-PR

Objetivo Social:

Atividades paisagísticas. Comércio varejista de plantas e flores naturais. Imunização e controle de pragas urbanas. Limpeza em prédios e em domicílios. Preparação de canteiro e limpeza de terreno. Carga e descarga. Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. Serviços de pintura de edifícios em geral. Atividades de limpeza. Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais. Instalação e manutenção elétrica. Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. Serviços de montagem de móveis de qualquer material. Obras de alvenaria. Reparação e consertos de artigos de madeira. Reparação e conserto de fechaduras.

**Restrição de Atividade :** Ramo de atividades restrito a área de agronomia, circunscritas às atribuições do responsável técnico.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

### Responsável(eis) Técnico(s):

1 - JOSIEL LANGE

Carteira: PR-134544/D Data de Expedição: 07/10/2013 Desde: 22/12/2016 Carga Horária: 4: H/D Até: 05/10/2017 Desde: 09/02/2018 Carga Horária: 4: H/D Até: 05/12/2018

Desde: 20/02/2019 Carga Horária: 4: H/D Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º do CONFEA

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 7º

Observações: Incisos a, b, e, g

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º Observações: Parágrafo único, alíneas a até e Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 6º Observações: Incisos a até h, l, p, q, r, t

Título: ENGENHEIRO AGRONOMO Situação: Regular





Título: TECNICO EM AGROPECUARIA Situação: Regular

Atribuições previstas na Lei N.º 5.524/1968, regulamentada pelo Decreto N.º 90.922/1985 em seus artigos 3º, 6º e 7º, com as alterações dadas pelo Decreto N.º 4.560/2002, limitadas de acordo com a compatibilidade da respectiva área de formação profissional e respeitados os limites da área de sua formação e qualificação técnica.

Observações: Por força de sentença do Mandado de Segurança Coletivo 2006.34.00.026625-8, julgado pelo TRF 1ª Região e transitado em julgado em 22/02/2012, as atribuições foram concedidas sem análise curricular.

Título: TECNICO EM AGROPECUARIA Situação: Regular

Atribuição do artigo  $2^{\circ}$ , inciso IV da Lei  $n^{\circ}$  5.524/1968 e inciso XIX do artigo  $6^{\circ}$  do Decreto  $n^{\circ}$  4.560/2002, concernentes a atividade de prescrição de receituário agronômico, concedida por força da decisão do Superior Tribunal de Justiça, referente ao Recurso Especial  $n^{\circ}$  605.819-PR (2003/0190982-0) e da decisão da Juíza Federal Substituta Soraia Túlio (declarada e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região) nos Autos  $n^{\circ}$  97.00.05674-0.

Título: TECNICO EM AGROPECUARIA Situação: Regular

Os técnicos agrícolas de todas as especialidades ficam impedidos de assumir a assistência e responsabilidade técnica de empresas que exerçam as atividades de comércio e armazenamento de agrotóxicos, por força da decisão transitada em julgado provido pelo TRF da 4ª Região, proferida na ação nº 5004485-04.2013.404.7000/PR, a partir de maio de 2016, em caráter definitivo.

## Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 303376/2019, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 15/08/2019 17:34:24

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.





Que entre si fazem de um lado como <u>Contratante</u> **ODAIR GRABOSKI ME, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 19/11/2012, NIRE: 41801365591, CNPJ: 17.179.825/0001-18**, estabelecido na RUA OIAPÓS, 725, SÃO JOSÉ OPERÁRIO, Capanema — Paraná, CEP: 85760-000 e de outro lado como <u>Contratado</u> o Sr. **JOSIEL LANGE**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Agrônomo, portador do CREA-PR nº PR-134544/D, RG sob nº 9.845.610-4 SSP/PR e CPF sob nº 074.409.859-90, residente e domiciliado na Linha Gaucha, município de Capanema/PR, nas seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA: do Objeto: A <u>Contratante</u> contrata os serviços do <u>Contratado</u> para o Cargo de Responsável Engenheiro Agrônomo necessários para acompanhamento e Fiscalização das Atividades Preventivas e Corretivas dos Serviços Prestados.

CLAUSULA SEGUNDA: Carga Horária: O <u>Contratado</u> terá a como jornada de trabalho a carga horária de 04 horas diárias.

CLAUSULA TERCEIRA: Remuneração: A Contratante pagará ao Contratado para exercer a função acima o valor de R\$ 3.992,00 (Três mil Novecentos e noventa e dois reais) mensais, de acordo com a Lei 4950-A/66 Resolução 397/95 do CONFEA, Constituição Federal 88 Art. 7° Inciso XVI.

CLAUSULA QUARTA: Vigência: O Contrato terá inicio em 01/02/2019 e seu prazo será por 01 (um) ano.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido por uma das partes mediante denuncia por escrito com antecedência mínima de 60 dias.

**ÈLÁUSULA QUINTA**: Fica eleito o fórum da Comarca de Capanema-PR, para dirimir toda e qualquer duvida por ventura oriunda entre ambos referente ao presente contrato.

E assim por estarem certos e contratados assinam o presente e duas vias de igual teor e forma.

ENGRA

Capanema-PR, 04 de Fevereiro de 2019.

ODAIR GRABOSKI

GRASOS M.

Contratante

JOSIĚL LANGÉ

.Contratado

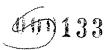
TABELIONATO DE NOTAS
CAPANEMA - PARAN
A U T E N T I C A Ç Â O
A presente fotocópia confere
com seu original. Dou fé.

2 6 AGO, 2019

Daniela Ribeiro do Carmo Escrevente M



# Relatorio de Lances dos Fornecedores Pregão 87/2019



Página:1

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA I	NSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANE	- MA
Lote: 0001 Item: 0001 LEIVA DE GRAMA T	IPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL Á SER INI	DICADO, Marca/Modelo Quantidade 4,000,00
Fornecedor 50544	ODAIR GRABOSKI - ME	ODAIR GRABOSKI ME Vencedor
Rodada	Valor	
Lance Inicial	12,25	
1	12,15	
2	12,00	
3	11,90	
4	11,00	
Fornecedor 53056	TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACOES -	EIRELI-EPP TERRA VIVA COM. E REPRES Declinou
Rodada	Valor	
Lance Inicial	12,50	
1	12,20	
2	12,10	
3	11,95	
4	11,85	

CAROLINE PILATI

JEANDRA WILMSEN Membro

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Pregoeiro

ODAIR GRABOSKI - ME

TERRA VIVA COMERCIÓ E REPRESENTACOES - EIRELI - EPP





ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº: 087/2019

Aos dois dias de setembro de 2019, às oito horas e trinta minutos, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, centro, reuniu-se o Pregoeiro com a Comissão de Apoio à Licitação, designada pela Portaria nº 7.280 de 7 de dezembro de 2018, constituída pelos Srs. Roselia Kriger Becker Pagani, Pregoeira, Jeandra Wilmsen, Membro, Caroline Pilati, Membro e Maicon Douglas de Castro Coito, membro, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Pregão, veiculado através do nº 087, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., a Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas e seus representantes: ODAIR GRABOSKI - ME, TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI - EPP . Abertos os trabalhos, foram credenciados os representantes:

NOME DA EMPRESA	REPRESENTANTE
TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP	MARIA APARECIDA SIQUEIRA BONFIN
ODAIR GRABOSKI - ME	ODAIR GRABOSKI

Em seguida foi realizada a classificação das propostas e aberta a fase de lances verbais, conforme Relatório de lances em anexo. Foi considerada como propostas válidas e vencedores, depois de analisada as documentações (envelopes n° 02), chegando-se a seguinte:

ODAI	ODAIR GRABOSKI - ME							
Lote	Item	Produto/Serviço	A CONTROL OF THE PARTY OF THE P	2 C.201 C. 10 C. 10 C. 10	Quantid ade	Preço	Preço total	
1		EBITI BB GIGINII III G	ODAIR GRABOSK I ME	1	4.000,00	11,00	44.000,00	
TOTAL						44.000,00		

Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do art. 4º da Lei 10.520/2002, o prazo recursal previsto no art. 4º inciso XVIII, da mesma lei antes citada. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

CAROLINE PILATI

Membro 064.652.689-81

JEANDRA WILMSEN Membro 038.991.949-77

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO Membro

078.018.429-79

ODDIE GRABOSKI - ME

17.179.825/0001-18 R OIAPOS, 725 SALA 1 - CEP: 85760000 -

BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO CIDADE/UF: Capanema/PR

11.

TERRA VÍVA COMERCIO É REPRESENTACOES - EIRELI - EPP

OSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Pregoeiro 632.258.249-68

17.542.364/0001-04

AV RUBEN CESAR CASELANI, 1987 - CEP: 85770000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF:

Realeza/PR

**400)135** 

# TERMO DE ADJUDICACAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2019

A Senhora Pregoeira do Município de Capanema - PR, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02), após exame e deliberação do processo que instrui o Pregão Presencial nº 087/2019, objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., resolve ADJUDICAR os itens licitados conforme a tabela abaixo:

Fornecedor	Item:	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ODAIR				4.000,00	11,00
GRABOSKI -		ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM	GRABOSKI ME		
ME	ł	LOCAL À SER INDICADO.		1	

Capanema - PR, 02 de setembro de 2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

### PORTARIA N° 7.480, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

## Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 87/2019.

**O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais e, **Considerando** que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº **87/2019**, objeto AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo

critério menor preço Por Item;

Fornecedor	Item	Produto/S	erviço -		Marca	Quantidade	Preço
ODAIR	1	LEIVA DE	GRAMA TIPO		ODAIR	4.000,00	11,00
GRABOSKI	}	ESMERALI	DA, COM INSTA	LAÇÃO	GRABOSKI ME		1
- ME	1	EM LOCAL	À SER INDICAI	00.		<u> </u>	

**Art. 3º** Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Presencial Nº **87/2019**, é de R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais).

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná dois dias de setembro de 2019

Americo Belle \
Prefeito Municipal

# roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

Jun 137

De:

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

Enviado em:

segunda-feira, 2 de setembro de 2019 15:53

Para:

'Administração - PM Capanema'; 'gerenciademaquinas@gmail.com';

'empenho@capanema.pr.gov.br'

Assunto:

LICITAÇÃO DE LEIVA DE GRAMA

Anexos:

Classificação por Fornecedor.pdf

**BOA TARDE** 

ESSE LICITAÇÃO ESTARÁ DISPONÍVEL PARA AQUISIÇÃO A PARTIR DO DIA 04/09/2019

ATENCIOSAMENTE,

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/ Presidente da Comissão Permanete
de Abertura e Julgamento de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
apanema – PR cep 85760-000
\_ne 46 3552 1321 ou 4698401-3549





# MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº428/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019

Aos dois dias de setembro de 2019, o Município de Capanema - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - Centro, doravante denominado Prefeitura, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Américo Bellé**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.118/2007 e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentada no **Pregão Presencial nº 87/2019**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, qualificada abaixo, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

ODAIR GRABOSKI - ME, sediada na R OIAPOS, 725 SALA 1 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, na cidade de Capanema/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 17.179.825/0001-18, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante Legal Sr(a). ODAIR GRABOSKI, portador do RG nº 82197494 e do CPF nº 028.455.839-74, residente no endereço: RUA OIAPOS, 725 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSE OPERARIO, na cidade de Capanema/PR.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

	Codigo do produto / serviço		produto	1	Quantid ade	•	Preço total
1		LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	ODAIR GRABOSKI ME	M2	4.000,0 0	11,00	44.000,00

Valor Total da Ata de Registro de Preços: R\$ 44.000,00(Quarenta e Quatro Mil Reais)

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

# 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.







## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema PR.
- 3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:
  - 3.2.1. Número da Ata;
  - 3.2.3. Número do item conforme Ata;
  - 3.2.3. Dotação orçamentária onerada;
  - 3.2.4. Valor do material;
  - 3.2.5. Requerimento.
  - **3.3.** O material deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

# 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 4.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar a grama solicitada em <u>até 2 (dois) dias</u> <u>úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema</u>, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de <u>requerimento</u> de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem 4.2.
- 4.1.1. As leivas devem ser uniformes livres de doenças e pragas. Macia e resistente ao pisoteamento, com folhas estreitas e médias, de cor verde esmeralda e estolões penetrantes, que enraízem facilmente.
  - **4.2.** O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
    - a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
    - b) Descrição da grama a ser adquirida;
    - c)Local onde será entregue a grama;
    - d)Prazo para entrega da grama:
    - e) Quantidade e medidas da grama, quando for o caso;
    - f)Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;
    - g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 4.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 4.3.1. Em razão da organização interna da Secretaria, a requisição de entrega da grama poderá ser expedida diretamente pela Secretaria Municipal e encaminhada para a empresa vencedora.
- 4.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento da grama caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.
- 4.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 4.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos por improbidade administrativa.
- 4.6. O fornecimento da grama pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.







- 4.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.
- 4.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

# 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1.0 pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 28 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos materiais, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.
- 5.2.Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.3.A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

#### $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

5.5. As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotaçõe	s				
Exercici o da despesa	Conta da, despesa	Funcional programática		Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	310	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	650	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	660	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	940	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	1130	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	1200	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	1320	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício









2019	1560	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	1810	09.001.10.301.1001.2081	0.00	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	2870	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	3040	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	3590	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	3670	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	3750	11.003.08.243.0802.6372	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	3970	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	4090	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício
2019	4170	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.0 0	Do Exercício

### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante da Secretaria Municipal de Administração**, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos do item 33 do edital.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- **6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- **6.4.** Fica credenciado pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, o(a)\_servidor(a) **Jolcimara Salete Gava**, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- **6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

# 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PRECOS

**7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.





6m142

# Município de Capanema - PR

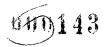
- **7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.
- **7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.
- **7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- **8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 8.3.1.Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 8.3.2.Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 8.3.2.Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.
- **8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- **8.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da <u>alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93</u>, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- **8.4.2.** Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- **8.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- **8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- **8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a







análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

- **8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- **8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

## 8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

- **8.10.** Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.
- **8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

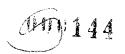
- **9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:
  - 9.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- **9.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **9.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- **9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 9.2.1. Por razões de interesse público;
  - 9.2.2. A pedido do fornecedor.
  - **9.2.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - b) Apresentar documentação falsa;
  - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
  - e) Comportar-se de modo inidôneo;
  - f) Cometer fraude fiscal;
  - g) Fizer declaração falsa;
  - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- **10.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;







- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
  - 10.3.1. Advertência por escrito;

#### 10.3.2. Multas:

- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do material, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) Multa de 20,0 % sobre o valor total d ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.
- 10.3.3.Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 10.3.4.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- **10.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **10.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **10.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- **10.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
  - 10.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- **10.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **10.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.





### Município de Capanema - PR



- 10.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **10.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.

# 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os materiais serão recebidos na forma do item 27 do edital.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

**14.1.** Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.
- 15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial nº 87/2019**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.
- **15.3.** A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 87/2019**.
- **15.4.** Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a) ODAIR GRABOSKI**, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, 02 de setembro de 2019

AMÉRICO BELLÉ

Prefeito Municipal

ODAIR GRABOSKI

Representante Legal

ODAIR GRABOSKI - ME

Detentora da Ata

um 146

#### PORTARIA Nº 7.480, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 87/2019.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

#### RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº 87/2019, objeto AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.109, §1º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por Item;

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ODAIR GRABOSKI	1	LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA,	ODAIR GRABOSKI	4.000,00	11,00
- ME		COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER	ME		
		INDICADO.			

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Presencial Nº 87/2019, é de R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais). Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná dois dias de setembro de 2019

Américo Bellé Prefeito Municipal

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº428/2019

Pregão Presencial № 087/2019 Data da Assinatura: 02/09/2019.

Contratante:

Município de Capanema-Pr.

Contratante.

ODAIR GRABOSKI - ME

Objeto:AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTI-LIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E RE-/ITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor total: R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais)

Américo Bellé Prefeito Municipal

#### TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E AUTO PECAS IZABELENSE LTDA - EPP

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, inscrito com o CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, sediada na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, na cidade de Capanema /PR, na qualidade de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ e do outro lado a Empresa AUTO PECAS IZABELENSE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.468.370/0001-10, situada a AV DOS PINHEIROS, 1449 - CEP: 85650-000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Santa Izabel do Oeste/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a) NEODIR BRANDELEIRO, inscrito(a) no CPF nº 407.489.289-87, residente e domiciliado(a) em AVENIDA DOS PINHEIROS, 1449 - CEP: 85650000 - BAIRRO: CENTRO, na cidade de Santa Izabel do Oeste/PR na qualidade de CONTRATA-DA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual,

referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº103/2018, Ata de Registro de Preços nº 342/2018, em conformidade com a cláusula nona, item 9.2.1. Por razões de interesse público da Ata de Registro de Preços firmada em 05/09/2018, resolvendo rescindir o referida Ata, mediante as cláusulas e Condições Seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA RESCISÃO

Tendo em vista a Ata de Registro de Preços para aquisição de bens nº 342/2018, celebrado entre as partes em 05/09/2018, referente a Pregão Presencial 103/2018, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, em atendimento ao requerimento da Secretaria Demandante acatado pelo Prefeito Municipal, resolvem transformar a Ata de Registro de Preços em contrato com prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

#### CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O Valor da Rescisão da Ata de Registro de Preços é de R\$ 438.484,78 (Quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Assim, por estarem em pleno acordo, assinam o presente termo, os representantes dos contraentes, em duas vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 02 de setembro de 2019

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Contratante

NEODIR BRANDELEIRO Representante Legal AUTO PECAS IZABELENSE LTDA - EPP Contratada

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 426/2019

Pregão № 0103/2018

Data da Assinatura: 02/09/2019.

Contratante:

Município de Capanema-Pr.

Contratada:

AUTO PECAS IZABELENSE LTDA - EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAPANE-MA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$438.484,78 (Quatrocentos e Trinta e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Oito Centavos).

Américo Bellé Prefeito Municipal

#### TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E COPINI & FILHOS LTDA -

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, inscrito com o CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, sediada na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, na cidade de Capanema /PR, na qualidade de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ e do outro lado a Empresa COPINI & FILHOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 75.581.074/0001-68, situada a AV BRASIL, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a)SANDRO TATIANO COPINI, inscrito(a) no CPF nº 788,284,739-91, residente e domiciliado(a) em AVENIDA BRASIL, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, na cidade de Capanema/PR na qualidade de CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 103/2018, Ata de Registro de Preços nº 343/2018, em conformidade com a cláusula nona, item 9.2.1. Por razões de interesse público da Ata de Registro de Preços firmada em 05/09/2018, resolvendo rescindir o referida Ata, mediante as cláusulas e Condições Seguintes:

000147

em 11/06/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

Município de Capanema - Estado do Paraná

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná - Centro.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL REF.: PREGÃO PRESENCIAL № 55/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA AS COMPETIÇÕES REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. Permanecem inalterados os preços homologados em 11/06/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

Município de Capanema – Estado do Paraná

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema Paraná – Centro.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. Permanecem inalterados os preços homologados em 02/09/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2019
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público

que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº118/2019

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..

Valor: R\$453.660,00 (Quatrocentos e Cinqüenta e Três Mil, Seiscentos e Sessenta Reais)

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 15/01/2020

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080— Capanema — Paraná — Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema. pr.gov.br.

Capanema-PR,18/12/2019 Roselia K.B.Pagani-Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2019

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº119/2019 Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL NAS ESTRATÉGIAS SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 4061, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS...

Valor: R\$21.340,34 (Vinte e Um Mil, Trezentos e Quarenta Reais

e Trinta e Quatro Centavos)

Abertura das propostas: 13:30 horas do dia 23/01/2020

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.

Capanema-PR,18/12/ 2019

Roselia K.B.Pagani-Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2019 O MUNICÍPIO DE CAPANEMA. Estado do Paraná, torna público

O MUNICIPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão ELETRÔNICO nº120/2019

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEM BOVINO PROVADO E MA-TERIAIS PARA INSEMINAÇÃO PARA USO JUNTO AO PRO-GRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOS DESEN-VOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PRO-CESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS..

Valor: R\$419.240,00 (Quatrocentos e Dezenove Mil, Duzentos e Quarenta Reais)

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 27/01/2020

Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br , demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www. capanema.pr.gov.br.

Capanema, 18/12/2019

Roselia K.B.Pagani - Pregoeira

# OUTRAS PUBLICAÇÕES

#### **NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, o Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta notificar o recebimento dos Recursos Federais, conforme segue:

RECEITA	DATA	VALOR
Fundo Nacional de Saúde - Bloco CUSTEIO - 624060-1	17/12/19	53.566,62
	18/12/19	3.227.33
	18/12/19	3.227,33
FNDE - Salário Educação - 10.465-5	16/12/19	53.391,43
FNDE - FUNDEB - 30665-7	17/12/19	17/12/19
	18/12/19	18/12/19

Américo Bellé Prefeito Municipal



100148

İtem	Descrição do produto	Unidade de medida	Quantidade Licitada	Valor Licitado	Quantidade atingida pelo reequilíbrio	Valor Após Reequilíbrio ou supressão	Data do R equilíbrio
30	PNEU 195/55 RIS, ÎNDICE DE PESO 85/515KG, ÎNDICE DE VELOCIDADE V-240KM/H, ADERÊN- CIA CLASSIFICAÇÃO A, TEMFERATURA	UN	12	180,00	10	229,00	24/06/202
- Comment	CLASSIFICAÇÃO A E BAIXO NÍVEL DE RUÍDO. SELO DE ÁFROVAÇÃO INMETRO, ETIQUETA						
	CONFORME PORTARIA INMETRO 544/2012, PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 5 ANOS, PRAZO DE FAB-						
	RICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO EM QUE É ENTREGUE E CERTIFICAÇÃO IBAMA. (PNEU NOVO, NÃO RE-						
	MANUFATURADO, NÃO RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO), REFERÊN- CIA: FIRELLI, FIRESTONE/ BRIGESTONE, GOODYEAR						:
35	OU SIMILAR. EXCLUSIVO ME/EFP.	IIN:	12	249.00	12	210.62	24/06/202
33	PNEU 225/50 R17 RADIAL, INDICE DE VELOCIDADE V 240 KM/H, CARGA 98 (750 KG POR PNEU), SELO DE APROVAÇÃO	UN	12	248,00	12	318,53	24/06/202
-	INMETRO, ETIQUETA CONFORME PORTARIA INMETRO 544/2012, PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 5 ANOS, FRAZO DE FAB-						
+	RICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO EM QUE É ENTREGUE E CERTIFICAÇÃO IBAMA.						
:	(PNEU NOVO, NÃO RE- MANUFATURADO, NÃO REGAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO). REFERÊN- CIA: FIRELII, FIRESTONE/						
	BRIGESTONE, GOODYEAR OU SIMILAR. EXCLUSIVO ME/EPP.						
38	PNEU 23.1-26 12 LONAS, NOVO, SEM CAMARA, PARA USO NO ROLO	UN	02	2.866,00	02	2.979,78	24/06/202
	COMPACTADOR CATER- PILLAR CS533E. ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 12, ÍNDICE DE CARGA 3.615KG, DIÂMETRO EXTERNO 1.605MM,						
	CIRCUNFERÊNCIA DE ROLAMENTO 4.790MM, SELO DE APROVAÇÃO INMETRO, ETIQUETA CONFORME PORTARIA						
	INMETRO 544/2012, PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 5 ANOS, PRAZO DE FAB- RICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO						
	EM QUE É ENTREGUE E CERTIFICAÇÃO IBAMA. (PNEU NOVO, NÃO RE- MANUFATURADO, NÃO						
	RECAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO), REFERÊN- CIA: PIRELLI, FIRESTONE/ BRIGESTONE, GOODYEAR OU SIMILAR, EXCLUSIVO						
	ME/EPP. PNEU VEICULO AUTOMO- TIVO 185/65 R14, RADIAL.	UN	08	177,00	06	209.00	24/06/202
	COM CERTIFICAÇÃO ISO 9001. INDICE DE VELOCID- ADE H - 210 KM/H, ÎNDICE DE CARGA 86 (530KG),						
	BANDA DE RODAGEM 65%. SELO DE APROVAÇÃO INMETRO, ETIQUETA CONFORME PORTARIA INMETRO 544/2012, PRAZO						
	DE GARANTIA MÍNIMO DE 5 ANOS, PRAZO DE FAB- RICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO EM QUE É ENTREGUE E						
	CERTIFICAÇÃO IBAMA. (PNEU NOVO, NÃO RE- MANUFATURADO, NÃO REGAUCHUTADO E NÃO REMOLDADO). REFERÊN-						
	CIA: PIRELLI, FIRESTONE/ BRIGESTONE, GOODYEAR OU SIMILAR. EXCLUSIVO ME/EPP.						

58	PNEU 195/65 R15 RADIAL,	UN	12	186,00	02	232,50	24/06/2020
	INDICE DE VELOCIDADE					1	
	H - 210KM/H, INDICE				ļ		
	DE CARGA 91 - (615 KG),						
	BANDA DE RODAGEM			1	1		
	65% E PESO MÍNIMO DE		1	i			
	PNEU 8.371KG. SELO DE			i			1
	APROVAÇÃO INMETRO,		i	1			1
	ETIQUETA CONFORME		ŀ			ļ	1
	PORTARIA INMETRO			1		1	
	544/2012, PRAZO DE					İ	
	GARANTIA MÍNIMO DE 5					1	
	ANOS, PRAZO DE FABRI-						
	CAÇÃO NÃO SUPERIOR A					1	
	6 MESES NO MOMENTO		]			i	
	EM QUE É ENTREGUE E		ļ.				
	CERTIFICAÇÃO IBAMA.					1	
	(PNEU NOVO, NÃO			-		1	
	REMANUFATURADO, NÃO						
	RECAUCHUTADO E NÃO		1				
	REMOLDADO). REFERÊN-		1	1			
	CIA: PIRELLI, FIRESTONE/		1		1	İ	
	BRIGESTONE, GOODYEAR		1		ł		
	OU SIMILAR, EXCLUSIVO					l	
	ME/EFP.		i		1	Į.	
68	PNEU VEICULO AUTOMO-	ÜN	16	226.00	04	273,00	24/06/2020
	TIVO 205/60 R16, RADIAL.	1	l'*		1	273,00	2 17 007 2020
	COM CERTIFICAÇÃO ISO				ļ	i .	
	9001. INDICE DE CARGA				1		
	92 (630KG), INDICE DE			1			
	VELOCIDADE R (190						
	KM/H), 8 LONAS, SELO DE			ł			
	APROVAÇÃO INMETRO,			1			
	ETIQUETA CONFORME	ļ				1	
	PORTARIA INMETRO	l					
	544/2012, PRAZO DE						
	GARANTIA MINIMO DE 5	•	1		ı		
	ANOS, PRAZD DE FABRI-	Ì			1		1
		1		1		i	i
	CAÇÃO NÃO SUPERIOR A 6 MESES NO MOMENTO			1			
				l			i
	EM QUE É ENTREGUE E						1
	CERTIFICAÇÃO IBAMA.			l		1	ı
	(PNEU NOVO, NÃO					1	
	REMANUFATURADO, NÃO	ľ	1	ľ		1	
	RECAUCHUTADO É NÃO	I	ŀ	l			
		1					
	REMOLDADO). REFERÊN-						
	CIA: PIRELLI, FIRESTONE/		l			1	
					l	İ	
	CIA: PIRELLI, FIRESTONE/						

O restante dos itens permanecem inalterados os preços homologados em 20/09/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

#### Município de Capanema – Estado do Paraná

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema -Paraná – Centro.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Permanecem inalterados os preços homologados em 02/09/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

#### Município de Capanema – Estado do Paraná

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná - Centro.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPIS DIVERSOS PARA USO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. Permanecem inalterados os preços homologados em 03/09/2019.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

#### Município de Capanema – Estado do Paraná

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.

#### NOTIFICAÇÃO

Ao Senhor Andrea Marize Weschenfelder Paeze Secretária Municipal de Industria, Comércio e Turismo

Notifico a Sra. Andrea Marize Weschenfelder Paeze, Secretária Municipal de Industria, Comércio e Turismo do vencimento de alguns contratos no mês de **SETEMBRO DE 2020**, conforme relação em anexo:

Solicito que nos encaminhe com antecedência as licitações que precisam ser feitas novamente e também as solicitações de aditivo nos contratos que podem ser aditivados.

Segue abaixo a lista de Licitações que irão vencer, as demais informações como data

do vencimento, nº de contrato estão na relação em anexo.

MODALIDADE	OBJETO	SECRETARI
N°	ī	A
PREGÃO PRESENCIAS Nº 87/2019	AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	ADM
INEXIGIBILIDA DE Nº 12/2019	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR.	ADM
PREGÃO PRESENCIAL Nº112/2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SESSÃO MENSAL DE USO DE SOLUÇÃO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ENTRADA E SAÍDA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO DO SOFTWARE PARA GESTÃO, A SER UTILIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.	ADM
DISPENSA N°26/2020	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, INCLUINDO OS SEGUINTES SISTEMAS: MÓDULO CONTABILIDADE PÚBLICA, EXECUÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTO ANUAL (PPA, LDO, LOA) É PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE/PR, MÓDULO DE CONTROLE PATRIMONIAL, MÓDULO DE OBRAS PÚBLICAS/INTERVENÇÃO, MÓDULO LICITAÇÃO E COMPRAS, MÓDULO RECURSOS HUMANOS E FOLHA PAGAMENTO, MÓDULO CONTROLE DE FROTAS, MÓDULO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, MÓDULO CONTROLE INTERNO, MÓDULO TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E PROTOCOLO, MÓDULO TRIBUTAÇÃO E DÍVIDA ATIVA, MÓDULO NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS, MÓDULO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E HABITE-SE, MÓDULO PORTAL DO CONTRIBUINTE, MÓDULO DE ALMOXARIFADO	ADM



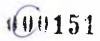
## Município de Capanema - PR

	E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, SUPORTE TÉCNICO	
l	ESPECIALIZADO NAS ÁREAS CONTÁBIL E FINANCEIRA, COM	
I	ATENDIMENTO PRESENCIAL PARA UTILIZAÇÃO NO	
	EXECUTIVO MUNICIPAL	
ı		

Lembrando que os que são Processados pelo Sistema Registro de Preços não podem ser aditivados, deverão ser feitas licitações novas.

Capanema, 03 de agosto de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani Pregoeira/ Membro da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações



#### roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

**De:** roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

**Enviado em:** segunda-feira, 3 de agosto de 2020 14:04

Para: 'adm@capanema.pr.gov.br'

Assunto: CONTRATOS QUE VENCERÃO NO MÊS DE SETEMBRO/2020

Anexos: NOTIFICAÇÃO ANDREA.pdf; Contratos a vencer.pdf

Roselia Kriger Becker Pagani

Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema - PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao/ucapanema.pr.gov.br
licitacao/ucapanema.pr.gov.br



#### roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

**De:** Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>

**Enviado em:** segunda-feira, 3 de agosto de 2020 14:04 **Para:** roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto: Return receipt

Anexos: details.txt; Anexo sem título 00059.txt

The original message was received at Mon, 3 Aug 2020 14:03:57 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

---- The following addresses had successful delivery notifications ---- <adm@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox)

---- Transcript of session follows ---- <adm@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered



## Município de Capanema - PR Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

#### **SOLICITAÇÃO DE ADITIVO**

Ilma Sra Roselia Kriger Pagani Pregoeira Presidente da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações. Município de Capanema - Pr

A Secretaria de Agricultura do município de Capanema,

através da Secretária Raquei S.B. Szimanski, vem por meio desta, solicitar seja ADITIVADO o prazo de vigência pelo período de 04 meses o Pregão Presencial no 87/2019, com o sequinte objeto: Leiva de grama Tipo Esmeralda, com Instalação em Local a ser Indicado, com vencimento em 02 de setembro de 2020, pelo seguinte motivo: As árvores que serão plantadas nos canteiros antes da colocação da grama, vieram com problemas e terão que ser trocadas pelo fornecedor, atrasando assim os trabalhos de plantio das mesmas e consequentemente atrasará o plantio da grama.

Capanema(PR), 20 de agosto de 2.020.

Processo: 2241/2020

21/08/2020

Hora: 01:59

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Assunto:

SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA

Rea uerente:

RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMAN



#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial, nº 87/2019, objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. Acato a solicitação da secretaria da pasta e solicito ao Setor de Licitações para que tome as devidas Providências no sentido de transformar as atas em contrato com o saldo remanescente.

Capanema, 01 de setembro de 2020

Américo Bellé Prefeito Municipal



A Sra.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira/Membro da comissão

Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Com relação ao Pregão Presencial, nº 87/2019, Objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA — PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., informo que há dotação orçamentária para Aditivo conforme orçamento abaixo:

#### Dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	400	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	810	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	820	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1130	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1410	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1500	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1620	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1850	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2140	09.001.10.301.1001.2081	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3310	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3510	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3900	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4010	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4260	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4400	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4500	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Capanema, 01 de setembro de 2020

Cleomar Walter

Tec.Cont. CRC: PR 046483/O-2

CPF 723.903.959-53

#### Município de Capanema SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

# **CERTIDÃO NEGATIVA**

**IMPORTANTE:** 

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 30/10/2020. SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 5082/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE3Z54X839B2

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: ODAIR GRABOSKI - ME

Inscrição Municipal

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

36081

17.179.825/0001-18

165

**ENDEREÇO** 

R OIAPOS, 725 - SALA 1 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR CNAE / ATIVIDADES

Atividades paisagísticas, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Serviços de pintura de edifícios em geral, Comércio varejista de plantas e flores naturais, Carga e descarga, Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, Limpeza em prédios e em domicílios, Imunização e controle de pragas urbanas, Atividades de limpeza não especificadas anteriormente, Serviços de montagem de móveis de qualquer material, Instalação e manutenção elétrica, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Obras de alvenaria, Chaveiros, Reparação de artigos do mobiliário

Certidão emitida no dia Capanema, 31 de Agosto de 2020. CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE3Z54X839B2



### Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



# Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 022511709-78

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 17.179.825/0001-18

Nome: ODAIR GRABOSKI ME

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado,

nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/12/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ODAIR GRABOSKI CNPJ: 17.179.825/0001-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:16:25 do dia 20/08/2020 <hora e data de Brasília>. Válida até 16/02/2021.

Código de controle da certidão: **E572.8E19.37D6.736F** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.179.825/0001-18
Razão Social: ODAIR GRABOSKI

Endereço: R RUA OIAPOS 725 SALA 1 / SAO JOSE OPERARIO / CAPANEMA / PR /

85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/08/2020 a 29/09/2020

**Certificação Número:** 2020083103553667360503

Informação obtida em 31/08/2020 09:07:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



# Município de Capanema - 2020



#### Saldo do contrato

Página 1

		Contrato		Adit	ivo	Anulaç	ão	Transferid	o Ata	Requisição	de compra	Sald	0
	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	· Valor total	Quantidade	Valor total
Sequência: 3	3596 - Ata de	registro de pre	os: 428/2019	418-46	5 Licitação:	Pregão - 50 000	087/2019	<del></del>	Ini	cio da vigência	Fim da vigencia Fir	n da vigência a	itualizada
Código: 5054	14 - 7 Nome:	: ODAIR GRABOS	KI-ME		CPF/CNPJ	: <b>17</b> .179.825/0001	-18 Telefo	ne: (46) 99921 - 4	461 02	/09/2019	01/09/2020		
Lote: 001	4 5 12	=1121-111-11					1500		N DOGS I	C- 3/23		-63	
Item: 001	4.000,00	11,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.141,00	23.551,00	1.859,00	20.449,00
Produto: 4450	0 LEIVA DE GR.	AMA TIPO ESMERAL	DA, COM INSTA	LAÇÃO EM LOCAL	À SER INDICAD	O		Spine Sylvania			Unidade de medida: M	2 Tip	o controle: Q
Solicitante: 0008	54 VALDECI AI	LVES DOS SANTOS		Local: 00002	3 Atividades da S	Secretaria de Adminis	stração						
Total	4.000,00		44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.141,00	23.551,00	1.859,00	20.449,00
Total geral	4.000,00		44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.141,00	23.551,00	1.859,00	20.449,00

Critério de seleção:

- Licitação

Entidade: 50 Exercício: 2019 Número: 87

Modalidade: Pregão





TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E ODAIR GRABOSKI - ME

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, inscrito com o CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, sediada na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, na cidade de Capanema /PR, na qualidade de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ e do outro lado a Empresa ODAIR GRABOSKI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.179.825/0001-18, situada a R OIAPOS, 725 SALA I - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, cidade de Capanema/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a)ODAIR GRABOSKI, inscrito(a) no CPF nº 028.455.839-74, residente e domiciliado(a) em RUA OIAPOS, 725 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSE OPERARIO, na cidade de Capanema/PR na qualidade de CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, referente ao Processo Licitatório Pregão 87/2019, Ata de Registro de Preços nº 428/2019, em conformidade com a cláusula nona, item 9.2.1. Por razões de interesse público da Ata de Registro de Preços firmada em 02/09/2019, resolvendo rescindir o referida Ata, mediante as cláusulas e Condições Seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA RESCISÃO

Tendo em vista a Ata de Registro de Preços de Aquisição de Bens nº 428/2019, celebrado entre as partes em 02/09/2019, referente a Pregão Presencial 87/2019, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., em atendimento ao requerimento da Secretaria Demandante acatado pelo Prefeito Municipal, resolvem transformar a Ata de Registro de Preços em contrato com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias.

#### CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O Valor da Rescisão da Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.449,00 (Vinte Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais)

Assim, por estarem em pleno acordo, assinam o presente termo, os representantes dos contraentes, em duas vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 01 de setembro de 2020

AMERICO BELLA Prefeito Municipal MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Contratante

DAIR GRASSATI ODAIR GRABOSKI Representante Legal **ODAIR GRABOSKI - ME** 



CONTRATO Nº 418/2020 CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E ODAIR GRABOSKI - ME

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com sede e Prefeitura à Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.792.760/0001-60, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ. De outro lado ODAIR GRABOSKI - ME,CNPJ 17.179.825/0001-18, R OIAPOS, 725 SALA 1 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, MUNICÍPIO DE Capanema/PR-, nesse ato representada pelo Sr(a). ODAIR GRABOSKI, CPF Nº 028.455.839-74, vêm firmar o presente Contrato nos termos das Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, obedecidas às condições estabelecidas no Pregão Presencial Nº 87/2019, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE FORNECIMENTO

2.1 A empresa vencedora do certame deverá executar os serviços em até 24 horas <u>após a solicitação</u> formal do Departamento de Compras do Município de Capanema.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE

3.1. O Materiais deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:

	Código do produto/ser viço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	-	Preço unitário	Preço total
1		LEIVA DE GRAMA TIPO ESMERALDA, COM INSTALAÇÃO EM LOCAL À SER INDICADO.	ODAIR <b>GRABOSKI</b> <b>ME</b>	M2	1.859,00	11,00	20.449,00
20.4	49,00						

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. O fornecedor obriga-se a:
- 4.1.1. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante e prazo de garantia;
- 4.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao Materiais da presente licitação;
- 4.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital ou na minuta de contrato;







4.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato (quando for o caso).

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
  - 5.1.1. Receber provisoriamente os MATERIAIS, disponibilizando local, data e horário;
- 5.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de servidor especialmente designado;
  - 5.1.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

- 6.1. O valor do contrato é de R\$ 20.449,00(Vinte Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais)
- 6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do Materiais contratado.
  - 6.2. Os preços são fixos e irreajustáveis.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte)dias, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 7.2. O prazo de vigência previsto no item29/12/2020.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega de notas fiscais referentes aos produtos entregues, juntamente com os comprovantes de recebimento do Materiais emitido pela Contratante.
- 8.2. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos Materiais, nos termos da cláusula nona deste instrumento contratual.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- a) A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: Município de Capanema, CNPJ: 75.972.760/0001-60, Endereço: Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080- Centro, Município de Capanema PR, Cep 85760-000.
- 8.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento do fornecedor no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
  - 8.5. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.5.1. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.



- 8.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

#### $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 9.1. A empresa vencedora do certame deverá executar os serviços em até 24 horas <u>após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema</u>, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de <u>requerimento</u> de compra pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.
  - 9.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
    - a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
    - b) Discriminação dos serviços a serem executados;
    - c) Local onde deverá ser executado o serviço;
    - d) Prazo para entrega dos serviços;
    - e) Quantidade e medidas do serviço quando for o caso;
    - f) Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da contratação;
    - g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 9.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 9.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento dos serviços caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 9.2.
- 9.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 9.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.
- 9.6. O fornecimento de serviço pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento





dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.

- 9.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos serviços.
- 9.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>10.1.</u> As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orcamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações	3				
Exercíci o da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	1	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	400	05.001.04.122.0402.2023	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	810	07.001.12.361.1201.2102	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	820	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1130	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1410	07.002.27.812.2701.2272	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1500	07.003.13.392.1301.2131	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1620	08.001.26.782.2601.2262	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1850	08.002.15.452.1501.2154	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2140	09.001.10.301.1001.2081	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3310	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3510	10.002.18.541.1801.2205	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3900	11.003.08.243.0802.6054	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4010	11.003.08.243.0802.6058	880	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4260	11.005.08.244.0801.2043	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4400	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4500	12.002.23.695.2301.2233	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo Sra. Jolcimara Salete Gava, funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração
- 11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de objeto inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE

- **12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.1.1. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- **12.1.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- **12.1.3.** Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, §1°, da Lei 8.666/93, quando acordado pelas partes e nas hipóteses em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, respeitarse-á o índice INPC/IBGE para a atualização dos valores.

# 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- **a)** Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - **b)** Apresentar documentação falsa;
  - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
  - e) Comportar-se de modo inidôneo;
  - f) Cometer fraude fiscal;
  - g) Fizer declaração falsa;
  - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 13.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, o fornecedor estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

I-Advertência por escrito;

#### II- Multas:

- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega dos produtos, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da contratação, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 5,0 % sobre o valor do objeto no caso de inexecução parcial do contrato;





- c) Multa de 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Multa de 5,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do fornecedor, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- e) Multa de 20,0 % sobre o valor total do certame, quando configurada a inexecução total do contrato.
- III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 13.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- **a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observandose o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **13.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 13.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
- 13.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- 13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
  - **13.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

<u>14.1.</u> Consoante o artigo 45 da Lei n° 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

**15.1.** Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- **b)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos, cronogramas e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão na entrega dos materiais, nos prazos estipulados;
  - d) O atraso injustificado entrega dos materiais;

BETTEN:

- e) A paralisação do da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato:
- 15.1.1.A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- 15.1.2. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 15.1.3. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
  - a) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - b) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- **d)** Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- **e)** A supressão, por parte da Administração, das aquisições, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1° do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- f) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- **g)** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da aquisição, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **h)** A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a entrega dos materiais, nos prazos contratuais;
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- j) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 15.2- A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 15.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:





- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 15.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

**18.1.** As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito

AMÉRICO BELLÉ

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Contratante

Capanema, 01 de setembro de 2020

DAID CDAROSVI

DAIR GRABOSKI

Representante Legal

**ODAIR GRABOSKI - ME** 

Contratada



# EXPEDIENTE

#### OORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL № 1.648/2018

**COORDENAÇÃO/DIREÇÃO:** Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

#### PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br

Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Américo Bellé Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer

Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder

Paeze

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz Secretária da Familia e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze

Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti

Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschen-

felder Paeze

Secretário de Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso

Secretário de Saúde: Jonas Welter

Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber

Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000 Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

E-mail: capanemacamara@gmail.com

Capanema - Paraná

Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Airton Marcelo Barth Vereador: Gilmar Pontin Vereador: Ginésio J. Pinheiro Vereador: Paulo C. Lothermann Vereadora: Izolete Ap. Walker

# ATOS LICITATÓRIOS

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 418/2020**

Pregão Nº 087/2019

Data da Assinatura:

01/09/2020.

Contratante: Contratada: Município de Capanema-Pr. ODAIR GRABOSKI - ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLI- COS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R\$20.449,00 (Vinte Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais).

Américo Bellé

Prefeito Municipal

#### TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E ODAIR GRABOSKI - ME

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, inscrito com o CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, sediada na Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, na cidade de Capanema /PR, na qualidade de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ e do outro lado a Empresa ODAIR GRABOSKI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.179.825/0001-18, situada a R OIAPOS, 725 SALA 1 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, cidade de Capanema/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a)ODAIR GRABOSKI, inscrito(a) no CPF nº 028.455.839-74, residente e domiciliado(a) em RUA OIAPOS, 725 - CEP: 85760000 - BAIR-RO: SÃO JOSE OPERARIO, na cidade de Capanema/PR na qualidade de CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, referente ao Processo Licitatório Pregão 87/2019, Ata de Registro de Preços nº 428/2019, em conformidade com a cláusula nona, item 9.2.1. Por razões de interesse público da Ata de Registro de Preços firmada em 02/09/2019, resolvendo rescindir o referida Ata, mediante as cláusulas e Condições Seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA RESCISÃO Tendo em vista a Ata de Registro de Preços de Aquisição de Bens nº 428/2019, celebrado entre as partes em 02/09/2019, referente a Pregão Presencial 87/2019, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE LEIVAS DE GRAMA INSTALADAS PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PR, NAS REFORMAS E REVITALIZAÇÕES DOS BENS PÚBLICOS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, em atendimento ao requerimento da Secretaria Demandante acatado pelo Prefeito Municipal, resolvem transformar a Ata de Registro de Preços em contrato com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias.

#### CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O Valor da Rescisão da Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.449,00 (Vinte Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais)

Assim, por estarem em pleno acordo, assinam o presente termo, os representantes dos contraentes, em duas vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 01 de setembro de 2020

AMÉRICO BELLÉ Prefeito Municipal MUNICÍPIO DE CAPANEMA Contratante

ODAIR GRABOSKI Representante Legal ODAIR GRABOSKI - ME Contratada

#### AVISO DE LICITAÇÃO ATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2020

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº73/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por LOTE. Modo de Disputa: Aberto Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA